



DIÁRIO

da Assembleia da República

X LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2006-2007)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 28 DE MARÇO DE 2007

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Fernando Santos Pereira

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da apresentação do projecto de resolução n.º 195/X.

Em declaração política, o Sr. Deputado Fernando Rosas (BE) insurgiu-se contra o concurso promovido pela RTP «Os Grandes Portugueses», em que saiu vencedor António Oliveira Salazar, e depois respondeu aos pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Bernardino Soares (PCP).

Também em declaração política, o Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP), a propósito da comemoração do Dia Nacional da Juventude, falou da situação difícil por que passam muitos jovens em Portugal.

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Ricardo Freitas (PS) abordou a questão das eleições para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira e deu resposta aos pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Hugo Velosa (PSD).

Nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 84.º do Regimento da Assembleia da República, o Sr. Secretário de Estado Adjunto

e dos Assuntos Europeus (Manuel Lobo Antunes) interveio sobre os 50 anos do Tratado de Roma. Seguiu-se um debate, no qual usaram da palavra, além do Sr. Secretário de Estado, os Srs. Deputados Mário Santos David (PSD), Armando França (PS), João Semedo (BE), Nuno Magalhães (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Heloísa Apolónia (Os Verdes).

Ordem do dia. — Foi discutida, na generalidade, a proposta de lei n.º 118/X — Procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem. Usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (João Amaral Tomaz), os Srs. Deputados Honório Novo (PCP), Hugo Velosa (PSD), Alda Macedo (BE), Diogo Feio (CDS-PP), Francisco Madeira Lopes (Os Verdes) e Hugo Nunes (PS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto Marques Antunes
Alcídia Maria Cruz Sousa de Oliveira Lopes
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Cardoso Duarte da Rocha Almeida Pereira
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Ceia da Silva
António José Martins Seguro
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Armando França Rodrigues Alves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
David Martins
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Elísio da Costa Amorim
Esmeralda Fátima Quitério Salero Ramires
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando Manuel de Jesus
Fernando dos Santos Cabral
Glória Maria da Silva Araújo
Horácio André Antunes
Hugo Miguel Guerreiro Nunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jaime José Matos da Gama
Joana Fernanda Ferreira Lima
Joaquim Ventura Leite
Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Bravo Nico
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Eduardo Vera Cruz Jardim
Jovita de Fátima Romano Ladeira
João Barroso Soares
João Carlos Vieira Gaspar
João Cândido da Rocha Bernardo
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Lúcio Maia Ferreira
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel António Gonçalves Mota da Silva

Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
Manuel José dos Mártires Rodrigues
Manuel Luís Gomes Vaz
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Marcos Sá Rodrigues
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Isabel Coelho Santos
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Júlia Gomes Henriques Caré
Maria Manuel Fernandes Francisco Oliveira
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Nelson Madeira Baltazar
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Nobre de Deus
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Renato Luís Pereira Leal
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rita Susana da Silva Guimarães Neves
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino da Costa
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Umberto Pereira Pacheco
Vasco Seixas Duarte Franco
Victor Manuel Bento Baptista
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
Vitor Manuel Pinheiro Pereira

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Joaquim Almeida Henriques
António Ribeiro Cristóvão
Arménio dos Santos
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos António Páscoa Gonçalves

Carlos Jorge Martins Pereira
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Domingos Duarte Lima
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Emídio Guerreiro
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Fernando dos Santos Antunes
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Jorge José Varanda Pereira
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
José António Freire Antunes
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
José Manuel Pereira da Costa
José Manuel de Matos Correia
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
José de Almeida Cesário
João Bosco Soares Mota Amaral
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Miguel Pais Antunes
Luís Miguel Pereira de Almeida
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Mário Henrique de Almeida Santos David
Mário Patinha Antão
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Paulo Miguel da Silva Santos
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Miguel de Santana Lopes
Pedro Quartin Graça Simão José
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
António Filipe Gaião Rodrigues
Artur Jorge da Silva Machado
Bernardino José Torrão Soares
Francisco José de Almeida Lopes
José Honório Faria Gonçalves Novo

João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira
Maria Luísa Raimundo Mesquita
Maria Odete dos Santos
Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista
António Carlos Bívar Branco de Penha Monteiro
Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
José Hélder do Amaral
José Paulo Ferreira Areia de Carvalho
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
Luís Pedro Russo da Mota Soares
Nuno Miguel Miranda de Magalhães
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
Fernando José Mendes Rosas
Francisco Anacleto Louçã
Helena Maria Moura Pinto
João Pedro Furtado da Cunha Semedo
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Maria Cecília Vicente Duarte Honório
Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Sr.^a Secretária vai proceder à leitura do expediente.

A Sr.^a **Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, deu entrada na Mesa, e foi admitido, o projecto de resolução n.º 195/X — Constituição de uma Comissão de Acompanhamento e Avaliação da Política Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PS, PSD, PCP, CDS-PP, BE e Os Verdes).

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos iniciar o período destinado a declarações políticas, sendo que o primeiro orador inscrito, para esse efeito, é o Sr. Deputado Fernando Rosas.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No 50.º aniversário da sua existência como canal público de televisão, a RTP resolveu brindar o País com a entronização de Oliveira Salazar como «o maior português de sempre».

A farsa, anunciada sob a forma de concurso, consumou-se! Farsa grotesca, do ponto de vista de qualquer pretensão séria de entretenimento ou de divulgação da História de Portugal, porque não é sustentável, sob critério algum, que se coloque a questão de saber se Aristides Sousa Mendes é «melhor» do que Camões ou se Fernando Pessoa demonstra mais «capacidade de liderança» do que Vasco da Gama, e se proponha decidir esse absurdo dilema recorrendo a um pseudo-sufrágio dos telespectadores.

Farsa manipuladora quando o concurso propunha essa escolha, maniqueia e sem sentido, sob o pretexto de que «só havia lugar para um», como se a História de Portugal não fossem eles todos, não fossem as luzes e as sombras, as grandezas e misérias; como se olhar para a História não fosse precisamente tentar entendê-la nessa complexidade e contradição onde se amassa o sentido profundo da identidade nacional.

Vozes do BE: — Muito bem!

O **Orador:** — Farsa, também, intencionalmente deformadora da realidade histórica, com o fito de obter audiências sem qualquer escrúpulo de seriedade, através de truques de sensacionalismo barato, como o de procurar demonstrar que a maior glória de Afonso Henriques foi ter fundado um país que até tinha conseguido chegar às finais do Euro 2004 e que as batalhas que o primeiro rei venceu (com as armaduras, aliás, do século XV...) prefiguravam as vitórias portuguesas nos campeonatos internacionais de futebol. Nestes termos, aliás, o denunciou o abaixo-assinado de 103 profissionais do ensino e da investigação histórica, onde se reuniu a maioria dos mais prestigiosos nomes da historiografia portuguesa.

Farsa, sobretudo, particularmente atentatória dos valores da democracia e da liberdade que inspiram a Constituição da República, ao promover a apologia grosseira do regime salazarista e do ditador que o chefiou durante 36 anos, sem respeitar os critérios mínimos de rigor e isenção, num estilo hagiográfico digno dos piores episódios de falsificação e primarismo dos aparelhos de propaganda do Estado Novo.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

O **Orador:** — Foi mais longe a televisão pública, pois permitiu-se espalhar por todo o País cartazes com a figura do ditador — jamais se tinha visto semelhante campanha entre nós desde o 25 de Abril, como ontem bem assinalava Medeiros Ferreira, num seu *blog* —, sugerindo, insultuosamente, para a consciência democrática do País, que poderíamos estar perante um «salvador» da nação.

Farsa que não hesitou em sacrificar qualquer vislumbre de rigor à maximização do negócio das audiências, forjando, desde o início, uma espécie de «final-sensação» Salazar/Cunhal, obviamente, com vencedor anunciado, mas farsa mentirosa, pois pretendeu inculcar a ideia — insinuada dias antes, numa entrevista, pelo próprio Director de Informação da RTP — de que esse resultado era fruto de uma espécie de «votação democrática» dos telespectadores, quando, na realidade, era uma fraude, um despique de claque em que cada um votava quantas vezes lhe apetecesse. Pelo contrário, todos os inquéritos de opinião, realizados com os padrões técnicos de exigência normais, demonstraram que o ditador estava muito longe das preferências da grande maioria dos inquiridos.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

O **Orador:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Como cidadão, como historiador, como professor, sempre defendi e pratiquei a mais completa liberdade de estudo e abordagem da nossa História Contemporânea. Nem poderia ser de outra forma, pois esse pluralismo de escolas de pensamento é o cerne da própria liberdade de expressão. Mas isto foi precisamente o que a RTP não fez, com o seu concurso-farsa e a sua rasteira apologia do salazarismo. E esta Assembleia, órgão por excelência da soberania popular e sede primeira da democracia — dessa democracia que o fascismo proibiu e espezinhou! —, tem o estrito dever de exigir da televisão pública as explicações que são devidas, à luz do regime legal e constitucional a que está vinculada, sem interferir, naturalmente, com a sua autonomia editorial e de programação, que, obviamente, se não pretende pôr em causa. Nesse sentido, irá proceder a bancada do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

O **Orador:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O regime democrático não é neutro relativamente à ditadura que oprimiu o País durante quase meio século do século XX português, porque se negaria, na sua essência, se o fosse, porque esse regime suprimiu brutalmente as liberdades fundamentais, perseguiu, encarcerou, deportou, despediu e torturou dezenas de milhares de pessoas cujo único crime foi assumirem o dever de lhe resistir, muitas delas assassinadas às mãos da polícia política e das forças repressivas do Estado Novo, porque impôs a censura a todas as formas de expressão, porque permitiu a sobreexploração e a repressão do trabalho sem liberdade sindical nem direito à greve, porque impôs ao País uma guerra colonial injusta e criminosa, durante 13 anos, em suma, porque a ditadura militar e estadonovista representou o principal factor de bloqueio à modernidade política, económica, social e cultural do País no século XX.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

O **Orador:** — A democracia portuguesa, precisamente, nasceu da negação e da destruição desta infâmia política e moral. Sr.^{as} e Srs. Deputados, não o esqueçamos! Não o havemos de esquecer nunca!!

Aplausos do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Fernando Rosas, quero saudar a sua declaração política e a forma como abordou esta importante questão, não, sem dúvida, com o objectivo não de «alimentar» uma certa linha de valorização de um concurso cujo resultado não tem qualquer tradução na sociedade portuguesa — estamos convencidos! — mas chamando a atenção para um aspecto muito importante, que é o do papel que o serviço público de televisão tem de ter no nosso país. E é evidente que não está entre os deveres do serviço público de televisão, nem entre as suas prerrogativas, ter qualquer postura de neutralidade em relação ao fascismo e ao ditador Salazar; está entre as suas prerrogativas ser um serviço público ao serviço da democracia. E a postura neutral com que foi assumida esta questão choca com os valores da democracia e com aqueles que devem ser os valores do serviço público de televisão. Não há neutralidade perante o fascismo e qualquer dúvida sobre se Salazar foi um ditador está contra os valores democráticos instituídos pela Revolução de Abril e que todos, nesta Câmara, certamente, defendemos!

Mas quero chamar a atenção ainda para uma outra questão: é que o problema não é apenas o concurso — antes fosse! O problema é o de que a propósito do concurso, à boleia do concurso, aproveitando o concurso, se desenvolveu uma ampla campanha de branqueamento do fascismo, chegando a apresentar o ditador como uma espécie de «estrela pop» dos dias de hoje, que apareceria revigorado, em face da decrepitude e do desalento com que as pessoas olham para a situação política, económica e social. E este é um ponto que deve merecer a nossa atenção, não só o do concurso propriamente dito e da perspectiva errada da análise histórica que está ali em causa — como muito bem, e certamente melhor do que eu, salientou o Sr. Deputado Fernando Rosas — mas também o do terreno que ele proporcionou para aqueles que animam o revivalismo neofascista e que pretendem branquear aquilo que foi uma ditadura hedionda que não só perseguiu os que a ela resistiram e oprimiu todo o povo como contribuiu para um atraso do País que, ainda hoje, em muitos aspectos, estamos a pagar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador:** — É, portanto, sobre essa questão de fundo que teremos de continuar a intervir, não baixando os braços, não deixando passar qualquer tipo de revivalismo fascista ou neofascista que esteja em campo, como temos visto, muitas vezes, nos últimos dias e nas últimas semanas.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Rosas.

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, antes de mais, agradeço as suas palavras.

Sr. Deputado, quero dizer-lhe o seguinte: o que, como cidadão e até como historiador, mais me chamou à atenção no referido programa de televisão foi ele pretender apresentar-se como um programa de entretenimento inocente. E não foi!! Não tenho qualquer objecção de princípio relativamente à mais ampla possibilidade de se discutirem, livremente, as mais diferentes teses interpretativas da nossa História Contemporânea, mas foi precisamente isto que não se fez na televisão, ao proporcionar-nos, sobre os vários períodos históricos, em Portugal, designadamente sobre esse, uma visão unilateral, grosseiramente deformada e que, naturalmente, não é só uma falsificação da nossa memória histórica mas também um insulto à consciência democrática do País!

É porque, se na sociedade se hão-de, seguramente, discutir, com inteira liberdade, os diferentes pontos de vista sobre a interpretação da nossa História, o regime democrático não pode «distrair-se» quanto a essa matéria! A democracia, enquanto regime, não é neutra em relação ao fascismo, nem pode ser, porque surgiu dos escombros de um regime que a espezinhou e que a impediu!!

Nesse sentido, o que esperaríamos era que a televisão pública, em vez de, com pseudo-inocência, fazer um programa que foi manipulado para obter aquele resultado, grosseiramente manipulado para obter aquele resultado, gastasse a energia e o dinheiro que gastou com aquele programa a promover, sem dúvida alguma, programas de entretenimento histórico, de divulgação histórica — que fazem muita falta! —, mas programas feitos com seriedade, com pluralismo, com rigor, em que não se coloquem as pessoas a discutir se a capacidade de liderança do Salazar era maior do que a do Eusébio ou da Amália Rodrigues e, sobretudo, em que não se dê às pessoas a ideia de que a entronização do ditador resulta de uma «pseudo-votação democrática» dos telespectadores, como, grosseiramente, a televisão fez, sobretudo a este nível, quando, na realidade, tudo não passou de uma farsa grotesca e de uma falsificação de resultados que não representa outra coisa senão a baixeza de processos que, infelizmente, não esperávamos ver na televisão pública, que é a televisão do Estado democrático e da qual toda a gente esperava, certamente, outra coisa!

Aplausos do BE e de Deputados do PS.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Também para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Comemora-se, hoje, o Dia Nacional da Juventude, num momento em que a juventude portuguesa sofre, de forma agravada, as consequências da política de direita, levada a cabo pelo Governo do Partido Socialista, na sequência do rumo dos anteriores.

A colocação do Estado ao serviço exclusivo dos interesses do lucro dos grandes grupos económicos atinge os trabalhadores e a generalidade da população portuguesa de forma cada vez mais grave, catalizando a perda acentuada do poder de compra e da qualidade de vida.

Por estarem numa situação particularmente frágil, reflexo das dificuldades específicas com que se cruzam, os jovens são os mais afectados.

Os números do desemprego têm uma expressão junto da juventude que ultrapassa os números nacionais, sendo que o desemprego juvenil é cerca do dobro da taxa nacional, atingindo mais de 20% nos jovens com menos de 19 anos e 10% nos jovens com menos de 25 anos. O desemprego junto dos jovens com formação académica superior cifra-se nos 20,6%.

Os jovens à procura do primeiro emprego são confrontados, por um lado, com a escassez de trabalho e, por outro, com a ausência de perspectiva e estabilidade, provocadas pela generalização dos vínculos precários e temporários, consequência da acção do Governo, a que se junta, agora, a lei do trabalho temporário do Partido Socialista.

Os jovens constituem a linha da frente das novas gerações sem direitos que o Governo do Partido Socialista está apostado em criar. Entrando num mundo do trabalho já sem os direitos que se verificavam para anteriores gerações, os jovens são confrontados com o recurso ao trabalho temporário como única hipótese, com a impossibilidade prática de serem trabalhadores-estudantes, com os baixos salários e com o aumento galopante do custo de vida.

A política de desmantelamento e privatização dos serviços públicos, com o subjacente aumento dos preços desses serviços, faz com que os jovens se encontrem numa situação de crescente dificuldade no acesso a transportes, serviços de saúde, educação, creches e jardins de infância.

Muitos são os que iniciam a sua vida independente e autónoma nesta fase da vida e, esses mesmos, enfrentam profunda dificuldade em atingir esse objectivo. O aumento das taxas de juro e das rendas de habitação, aliado à desvalorização dos salários, faz com que poucos sejam os jovens que podem gozar da mínima estabilidade.

O Governo não toma quaisquer medidas para o reforço do apoio do Estado à juventude; antes, extingue ou diminui as existentes, como é o caso do Incentivo ao Arrendamento por Jovens.

As mulheres jovens trabalhadoras são as mais afectadas, no conjunto da juventude, por estas políticas de direita. Por um lado, enquanto mão-de-obra com relações laborais precárias, estão sujeitas a condições de remuneração muito abaixo do valor real do trabalho e, por outro, sofrem discriminações salariais, discriminações no trabalho, no acesso a postos de chefia e nas tarefas e os seus direitos de maternidade são reiteradamente desrespeitados e violados pelas entidades patronais.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Mas a jovem mulher sofre mais uma desvalorização: a da idade.

Assim, contra a lei e em profundo desrespeito pelos trabalhadores, o Governo vai permitindo que as mulheres jovens sejam duplamente discriminadas, em função do sexo e em função da idade.

É por todos estes motivos que o PCP e a JCP saúdam a luta dos jovens trabalhadores por melhores condições de trabalho, por melhores salários e pelo emprego com direitos,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... por uma vida melhor, contra a precariedade e pela estabilidade no emprego.

Aplausos do PCP.

Saudamos, particularmente, a manifestação juvenil convocada para hoje, Dia Nacional da Juventude, pela CGTP.

O PCP e a JCP saúdam todos os jovens que, diariamente, se batem contra as políticas de direita, saúdam o seu empenho e a sua alegria na luta e, certamente, acompanharão as lutas dos trabalhadores nas expressões que venham a tomar.

Os estudantes do ensino secundário são submetidos a um sistema de triagem em função da sua condição económica, já que o Governo intensifica a ofensiva à avaliação contínua do estudante e aplica, cada vez mais cegamente, exames nacionais, à revelia das condições reais e objectivas de cada comunidade escolar. Esta política também passa pelo desmantelamento da rede pública de estabelecimentos de ensino, bem patente na criação da Parque Escolar, Entidade Pública Empresarial, que gerirá, de forma empresarial, todo o parque escolar do País, podendo decidir da alienação de património, da concessão de serviços e

mesmo da utilização dos espaços escolares.

O ensino secundário, no curso que segue, rumo à privatização, é hoje um percurso em que só progride quem pode pagar os seus custos: explicações, livros e outros materiais, refeições e transportes.

Os jovens estudantes do ensino superior são considerados, pelo Governo do Partido Socialista, como «prestáveis clientes», pagando exorbitantes propinas, que sofreram, em alguns casos, aumentos na ordem dos 250%, e tendo de fazer frente à carência de um sistema de acção social capaz e abrangente que responda às reais necessidades dos estudantes.

O subfinanciamento crónico do ensino superior universitário e politécnico provoca o agravamento da degradação da qualidade do ensino, das condições de estudo e da capacidade de resposta do Estado às necessidades técnicas do País.

O Governo prepara-se para apresentar o novo diploma de autonomia e gestão dos estabelecimentos de ensino superior público, arredando o poder executivo e deliberativo dos estudantes.

O tão propagandeado Processo de Bolonha mais não veio do que representar o encarecimento brutal dos custos do ensino superior e a diminuição das durações dos cursos de licenciatura, desvalorizando a formação superior correspondente a esse grau e, conseqüentemente, o valor do trabalho, sendo que a formação é uma das suas componentes.

É cada vez mais óbvia a opção de desinvestimento no sistema público de ensino superior, criando, assim, melhores condições para a proliferação de um mercado de ensino superior privado.

O movimento associativo juvenil constitui um movimento de ampla expressão nacional, substituindo-se a um Estado que não cumpre, por vezes, as suas funções, e é também o motor da actividade juvenil na cultura, na arte, no desporto e na participação democrática, sob todas as suas formas. Ao invés de observarmos um crescente investimento e respeito por este movimento, na sua expressão estudantil e juvenil, o Governo age, perante o associativismo, com a perspectiva da sua domesticação, silenciamento e até profissionalização, cortando a autonomia e independência das associações, procurando criar um movimento associativo dócil, submisso e não reivindicativo, como se verifica, aliás, nas orientações contidas na Lei do Associativismo Jovem.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — O Governo do Partido Socialista não tem uma política de juventude, de promoção dos seus direitos económicos, sociais e culturais, em respeito pelos valores e normas plasmados na Constituição da República Portuguesa.

O panorama social do País e os princípios que lhe subjazem — as deslocalizações das empresas, a precarização dos vínculos laborais, os baixos salários, a «flexigurança», as crescentes discriminações entre homens e mulheres, a aposta nas baixas qualificações através da descaracterização e elitização do ensino superior público, a desresponsabilização das funções sociais do Estado, a destruição do sistema público e universal de segurança social (enquanto, em paralelo, se aposta em programas de suposta igualdade de oportunidades para todos, educação e formação, novas oportunidades, apresentando-se os resultados das políticas e dos programas cada vez mais com dados puramente estatísticos, absolutamente desligados da realidade social) — são a antecâmara de um futuro de gerações à mercê das políticas neoliberais.

É contra os desígnios desta política de direita que o Partido Comunista Português se coloca ao lado da juventude portuguesa, na defesa dos seus direitos e aspirações. É neste sentido que o PCP e a JCP se afirmam solidários com as lutas da juventude e lhes dão corpo nas diversas esferas da sua intervenção.

Foi em 1947 que a História marcou o Dia Nacional da Juventude com um episódio de resistência corajosa a uma investida do fascismo contra uma iniciativa do movimento juvenil, agredindo e prendendo muitos dirigentes juvenis; dia que ficou marcado não pela investida da ditadura mas, sim, pela resposta juvenil de massas. Hoje, como ao longo destes 60 anos, a juventude continua no cumprimento do seu papel progressista e marca hoje na rua a luta por uma vida melhor, pela consagração e efectivação dos seus direitos.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. **Presidente**: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Freitas.

O Sr. **Ricardo Freitas** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Permitam-me que utilize este PAOD para partilhar convosco algumas reflexões e preocupações sobre aquele território, aquela região autónoma de Portugal a que tenho a honra e o orgulho de pertencer.

Muitas vezes, é a Madeira notícia nacional pelas más razões, como sejam os atropelos democráticos, a linguagem desbragada e insultuosa dos titulares dos cargos políticos, com especial relevo nos governamentais e, em particular, na pessoa do Presidente do Governo Regional. Desta feita, assistimos ao acto insólito de um governo suportado por uma maioria absoluta na Assembleia Legislativa da Madeira se demitir a pretexto de uma Lei de Finanças das Regiões Autónomas que atribui às regiões autónomas a consagração plena de as receitas fiscais e outras receitas geradas nas regiões constituírem receitas próprias das mesmas. Um acto insólito, sobretudo quando é sabido que se mantém a afirmação da

solidariedade nacional e da coesão territorial, tendo em conta não apenas a própria lei das finanças regionais mas todo um conjunto de transferências financeiras a título de solidariedade no interesse directo do cidadão madeirense, como sejam os custos com a convergência do tarifário da electricidade, o subsídio estatal ao transporte aéreo, o pagamento do transporte de jornais e revistas nacionais, as pensões sociais, as pensões de reforma de regime não contributivo, entre outras.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Se ainda tivermos em linha de conta a capacidade própria das regiões para adaptar o IVA, o IRS, o IRC e outros impostos às especificidades regionais — e ainda bem! —, como hoje na Madeira se verifica, em que é cinco pontos percentuais abaixo do praticado no Continente, forçoso é concluir que o pretexto invocado para a demissão é outro que não o avançado, isto é, a lei das finanças regionais aprovada nesta Assembleia.

Mesmo se atendermos às eventuais perdas de receitas face à legislação anterior, esta diminuição cifrar-se-ia em 2% do Orçamento para 2007 da Região Autónoma da Madeira ou, se benevolmente incluirmos também aqui o diferencial do IVA, em 3% desse orçamento. Escuso mesmo de continuar este rol de factos, pois já esta Assembleia assim apurou e sabe bem da veracidade destes argumentos.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — As perdas de verbas pela saída do Objectivo 1 já eram previsíveis e não podem ser vistas como mera penalização. Penalização, essa, sim, real, foi a estabelecida pelo Governo da República — e bem! — face ao verdadeiro esbulho praticado pelo Governo Regional da Madeira em matéria de endividamento, que irresponsavelmente poderia ter posto em causa os objectivos de estabilidade e de combate ao défice a que todos estamos vinculados!

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Se não é, pois, crível que este acto se deva a uma situação já descrita, a que se deverá então? Antes de tentar responder, lembro ainda que o PSD/Madeira argumentou que seria por força da lei das finanças regionais (desses tais 2% ou 3% do orçamento regional) que não estaria em condições de cumprir o seu programa, pelo que devolveria ao povo o poder para uma eventual relegitimação e para alargar o período de execução desse dito programa.

Estranha forma de proceder quando, através de uma gestão criteriosa, rigorosa, séria e onde o combate ao desperdício fosse a norma, tal situação seria facilmente ultrapassada. Na verdade, o que está por detrás deste acto é procurar, caso ganhasse as eleições que provocou, ganhar tempo. Tempo de forma a ficar na expectativa de que na próxima eleição para a Assembleia da República não surja um governo de maioria absoluta PS mas, sim, um governo que necessite dos Deputados eleitos pelo círculo eleitoral da Madeira do PSD para assim prosseguir o que era tradição, a saber: o Governo Regional da Madeira gere as despesas e outrem, o actual inimigo externo do PSD/Madeira, o Continente português, que se encarregue de gerar as receitas,...

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — ... ou seja, pague as dívidas ou envie de qualquer forma as receitas necessárias para satisfação das políticas do PSD/Madeira.

Aplausos do PS.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: O exercício do poder regional na Madeira é hoje uma oligarquia, que se intitula de «Madeira nova», de povo superior, que está presente em tudo o que é negócio, com particular incidência naqueles em que o orçamento regional pode ajudar...! Está presente limitando a livre concorrência, a competitividade e a valorização dos recursos humanos, aspecto que nunca mereceu verdadeira atenção. Esta oligarquia controla mesmo a comunicação social, não existindo uma verdadeira imprensa livre, e a autocensura é hoje um acto assumido.

Sr.as e Srs. Deputados: Estes senhores da «Madeira nova», esta nova estirpe de senhorios da Madeira, este dito povo superior, procura apenas manter o *status quo* e os privilégios de que desfruta. Estes senhores da «Madeira nova» têm um líder político, Alberto João Jardim, que, já não governando, manda. Manda e agora faz inaugurações, foge aos debates, protege a tal oligarquia...!!

Naturalmente, está consciente de que não capta o investimento privado, de que não internacionaliza a economia regional, de que não redistribui com justiça a riqueza, de que mantém indicadores junto da população madeirense que são autênticas nódoas no pano do desenvolvimento — e basta só falar dos indicadores da educação.

A Madeira mudou muito desde 1974,...

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Mudou, mudou!

Vozes do PSD: — Para melhor!

O **Orador:** — ... e foi com e pela autonomia que os madeirenses mais etapas puderam vencer.

Aplausos do PS.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é com uma autonomia com um exercício democrático incipiente, muitas vezes só formal, com uma liberdade não assumida na sua plenitude, noutras palavras, uma autonomia «coxa». Espero por uma autonomia democrática, libertária e libertadora!!

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Confesso que, por mais dificuldades que eu ou uma maioria de madeirenses possamos ter neste combate de libertação democrática, amo a minha terra e a nossa gente e confio plenamente no seu saber, no seu discernimento, pois sei que o povo é sábio.

Num período em que as emoções muitas vezes falam mais alto do que a razão,...

Protestos do PSD.

... toldada pela intoxicação do verbo com apelos à revolta na base da ofensa colectiva — e leia-se aqui o «ataque do Continente aos madeirenses», o «ataque dos socialistas aos madeirenses»,...

Vozes do PSD: — É verdade!

O **Orador:** — ... o «ataque dos traidores da Madeira, investidos de Deputados da nação, aos madeirenses» — tenho a convicção de que, mesmo assim, o povo a que pertenço sabe que o tempo é de verdade, que o tempo é de preparar o futuro, um futuro para todos e não só para alguns,...

A Sr.^a **Helena Terra** (PS): — Muito bem!

O **Orador:** — ... um presente responsável como garantia de futuro não hipotecado.

Sei também que nós, os madeirenses, não estamos sozinhos nesta caminhada, pois ao nosso lado temos todos os portugueses que prezam a liberdade, a democracia, a solidariedade e o respeito pela autonomia!

Aplausos do PS.

Permitam-me que conclua esta reflexão fazendo ainda referência ao facto de os madeirenses estarem em praticamente todos os países do mundo e de terem dado provas de trabalho como poucos. E, como me dizia um desses madeirenses da diáspora, «não há gente como a gente»!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Freitas, somos conterrâneos, mas quero dizer-lhe que a sua intervenção não suscitou qualquer entusiasmo na sua bancada.

Risos do PS.

Isso foi notório: não suscitou qualquer entusiasmo na sua bancada!

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Suscitou na sua!

O **Orador:** — O Sr. Deputado quis vir à Assembleia da República fazer campanha eleitoral,...

Vozes do PS: — O senhor é que está a fazer!

O **Orador:** — ... mas precisar de vir cá fazer campanha eleitoral talvez indicie que já está a prever aquilo que vai acontecer na Madeira, já está em desespero de causa...!

E o Sr. Deputado disse isto, que é uma grande verdade: o povo madeirense tem sido sábio. Pois pode

ter a certeza de que vai continuar a ser sábio e que nas eleições de Maio vai continuar a dar a maioria ao PSD Madeira.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — E o PS, através do Sr. Deputado, veio aqui tentar fazer crer várias coisas que não são verdade.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Tentar!...

O **Orador:** — Há, em primeiro lugar, um desespero de causa notório da parte de V. Ex.^a porque já está a ver que o objectivo do PS, e para o qual argumentou, de derrubar o PSD do poder na Madeira não vai ser atingido. E esse objectivo começou pelo Primeiro-Ministro deste Governo, que desde que tomou posse, não só na lei das finanças regionais mas, sim, em vários aspectos, tudo fez para derrubar o governo do PSD na Madeira.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador:** — O que vale é que os madeirenses realmente são sábios!!

O Sr. Deputado disse uma coisa que é verdade e que todos reconhecem: a Madeira mudou muito desde o 25 de Abril, e tal não se deve ao PS da Madeira,...

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Deve-se ao Continente!

O **Orador:** — ... deve-se ao PSD da Madeira.

Aplausos do PSD.

O problema do PS da Madeira é um problema de falta de credibilidade. O Sr. Deputado imagina, como madeirense, que os madeirenses vão dar o poder aos representantes do PS, que assim são nomeados pelo próprio partido para serem poder na Madeira?

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Essa agora!?...

O **Orador:** — Já viu o que é que acontecia à Madeira?

Já que o Sr. Deputado fez aqui campanha eleitoral, inaugurando-a aqui, quero dizer que o PSD da Madeira e o Dr. Alberto João Jardim já demonstraram, e estão a demonstrar todos os dias, por que vão continuar a ser poder na Madeira.

A Sr.^a **Helena Terra** (PS): — Ai pois já!

O **Orador:** — Sim, porque fazem inaugurações. Mas os governos da República não faziam inaugurações quando já estavam em gestão?! Lembram-se de Alqueva, com o Eng.^o António Guterres?...

Protestos do PS.

Por isso, Srs. Deputados, estamos perfeitamente à vontade nesta matéria.

E lamento que o Sr. Deputado, sendo do PS/Madeira, venha aqui, no fundo, querer fazer o jogo que o PS a nível nacional, este PS e este Primeiro-Ministro, tem feito na Madeira. Isso é que o Sr. Deputado, como eleito pela Madeira, deveria dizer neste Parlamento. E deveria referir que, quanto à lei das finanças regionais, o PS/Madeira e os seus camaradas começaram por dizer que iam votar contra, depois que se abstinham e, depois, votaram a favor.

O Sr. **Jorge Strecht** (PS): — E bem!

O **Orador:** — Como é que o PS Madeira vai explicar isto aos madeirenses?

Sr. Deputado, a questão que lhe deixo é esta: está ou não em desespero de causa? Acha ou não que o povo madeirense é sábio e que vai dar outra vez a maioria absoluta ao Dr. Alberto João Jardim e ao PSD da Madeira?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Freitas.

O Sr. **Ricardo Freitas** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hugo Velosa, agradeço, obviamente, a sua pergunta.

A Sr.^a **Helena Terra** (PS): — Não foi uma pergunta!

O **Orador**: — De alguma maneira, a sua intervenção veio confirmar, em alguns aspectos, algo que aqui já referi. Por exemplo, no caso das inaugurações, veio confirmar que essas inaugurações que estão a ser produzidas agora são precisamente um acto condenável do exercício da política,...

Vozes do PSD: — Há obra!

O **Orador**: — ... e isso é um facto real.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Há obra e isso dói!

O **Orador**: — Sr. Deputado, na sua argumentação esqueceu-se de que não foi o PS nem os madeirenses que demitiram o governo regional e que dissolveram a Assembleia; foi uma autodemissão precisamente do seu partido!!

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Claro!

O **Orador**: — O Sr. Deputado parece também aqui esquecer a ausência de um verdadeiro clima democrático, a ausência do debate, da participação. Não teve uma palavra para a razão da oligarquia que está por detrás desta teia real que é o dia-a-dia da Madeira, para a promiscuidade que existe, para a ausência de controlo. Essa é matéria evidente.

De facto, o que se pretende aqui é, junto de um povo que é sábio,...

Vozes do PSD: — Ahhh!...

O **Orador**: — ... e não tenho aí a menor dúvida, criar um ambiente de intoxicação, de controlo da comunicação, de controlo da informação, a ausência de participação democrática.

Protestos do PSD.

Esta é a política do dia-a-dia em 30 anos, Sr. Deputado!!

Aplausos do PS.

E em 30 anos, Sr. Deputado, aqui, neste Parlamento, nunca ouvi uma palavra, nem sua nem de nenhum dos outros elementos da sua bancada, na defesa da qualidade democrática.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — É autocrítica!

O **Orador**: — Devo também dizer que, certamente, este truque que aqui evidenciei que está preparado, na hipótese de o PSD vencer,...

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Hipótese?!

O **Orador**: — ... ganhando este tempo à espera do resultado das eleições para a Assembleia da República, conta com uma hipotética vitória do PSD nacional nas próximas eleições de 2009, conta com uma submissão a um interesse particular dessa oligarquia, que não é o interesse dos madeirenses, em favor da manutenção do poder. É este o truque que ele coloca, é perante isto que também o PSD é confrontado e a que terá de responder.

Aplausos do PS.

Terá de responder se aceita a chantagem, o compadrio, a promiscuidade, a ausência de liberdade!

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Esta é a verdadeira questão, Sr. Deputado, não é campanha eleitoral.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — O povo é sábio ou não?

O **Orador**: — Campanha eleitoral é aquilo a que temos assistido ao longo de todo o processo, com os silêncios cúmplices de todos os elementos, começando, neste caso, pelo líder do seu partido na Assembleia da República, que tem estado, juntamente com o líder parlamentar, mudo e quedo em relação às matérias da qualidade democrática na Região Autónoma da Madeira.

Nós não nos calaremos! Iremos utilizar o espaço nacional para essa acção, com determinação e com convicção!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à segunda parte do período de antes da ordem do dia, que consta de um debate, ao abrigo do artigo 84.º, n.ºs 2 e 3, do Regimento da Assembleia da República, sobre os 50 anos do Tratado de Roma.

Para uma intervenção inicial, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus** (Manuel Lobo Antunes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Dedica, hoje, esta Assembleia parte do seu tempo a recordar o que foi logrado ao longo destas últimas cinco décadas na Europa, sem precedentes em termos de paz, estabilidade, liberdade e prosperidade partilhadas. Creio que muitos, se não todos, nos regozijamos também por, enquanto portugueses, termos sido parte, nos últimos 20 anos, do projecto que aqui celebramos. E não fomos actores menores.

Mas permitam-me que aproveite também esta oportunidade para vos falar um pouco do futuro. Julgo que é essa a responsabilidade primeira de quem exerce funções governativas naquela que é, por excelência, a sede do debate político.

Dos alguns anos que levo de experiência diplomática, concluo que as nossas acções se devem antes de mais orientar para a busca incessante de compromissos que tenham em conta os interesses de Portugal. Interesses, esses, que devem ser palpáveis, traduzindo-se em vantagens concretas para os cidadãos portugueses, e defendidos não segundo uma lógica tacanha ou mesquinha, mas tendo em conta que, muitas vezes, a defesa dos nossos interesses nacionais passa, inevitavelmente, por contribuir para o avanço dos interesses comuns da Europa.

Ora, chegámos a um ponto em que é preciso que a Europa avance novamente, para bem dos seus Estados-membros e de Portugal.

Diante de vós não está um candidato a profeta sobre o futuro da Europa. Mas também não está o representante de um Governo que se limite a esperar ou a aceitar acriticamente o que outros amavelmente lhe apontem como solução, por medo do risco ou ausência de audácia. A presidência portuguesa da União, responsabilidade que assumiremos no segundo semestre deste ano, não se resignará ao estatuto de mero anfitrião dos nossos parceiros e muito menos ao de mestre de cerimónias numa qualquer fotografia de família, em Dezembro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — A nossa responsabilidade é grande, mas saberemos estar à altura da missão que nos vai ser atribuída. Tenho confiança de que não receberemos da presidência alemã uma herança impossível, mas não temos dúvidas de que o caderno de encargos será pesado. Estaremos no centro da mudança ou, melhor dizendo, na vanguarda dos esforços com o objectivo de tentar mudar a Europa para melhor. Só poderemos almejar o sucesso com espírito de liderança, ambição e, claro está, uma grande dose de realismo e de sentido do compromisso.

Sobre esta matéria — do futuro tratado da União Europeia —, o Governo português manterá um discurso realista. Não diremos que será fácil, quando estamos cientes de que será difícil. A nossa missão, enquanto presidência, será a de construir pontes.

O nosso empenhamento e o nosso sucesso dependerão da vontade política dos Estados-membros, de todos os Estados-membros. Este é um exercício político — não de cariz técnico ou burocrático —, que só chegará a bom porto, se todos estiverem envolvidos e partilharem o sentimento de que foram ouvidos e de que contribuíram para o compromisso final.

Desenganam-se aqueles que julgam que o próximo tratado poderá ser acordado e imposto por um grupo restrito. Todos os Estados-membros da União Europeia partilham de uma igual e soberana legitimidade. O compromisso — a haver um compromisso num futuro próximo — terá de ser assinado por todos os governos e aceite pelos respectivos parlamentos e opiniões públicas. São estas as regras do jogo e é com base nelas que trabalharemos.

Precisamos de vontade política e mais imaginação para enfrentar as próximas etapas da construção europeia. O que alcançámos em conjunto, até hoje, é notável, mas não basta. E todos sabemos que assim é. Neste mundo globalizado, as ameaças e as oportunidades exigem respostas colectivas. Os desafios colocados pelas alterações climáticas, as assimetrias económicas e sociais, as migrações, a energia e o terrorismo demonstrariam a nossa absoluta impotência, se, por acaso, optássemos pela via do egoísmo nacional ou do desinteresse e alheamento irresponsáveis.

Aplausos do PS.

O mundo complexo em que vivemos não se compadece com provincianismos mentais.

A nossa condição de País periférico, em relação ao centro político e económico da União Europeia — que, como sabem, se deslocou para Leste, desde o último alargamento —, obriga-nos a estar presentes em todos os núcleos de vanguarda da integração europeia. É uma tarefa que, obviamente, não se esgota no semestre em que exercemos a presidência rotativa da União Europeia. Trata-se de um imperativo estratégico: estar no centro da decisão europeia, participar, moldá-la e beneficiar da mudança.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Uma Europa sem solidariedade e sem coesão estará condenada a deslaçar-se. Há problemas que não podem ser vistos como dizendo respeito apenas ao parceiro do lado. Veja-se, por exemplo, o caso da vaga de migrantes irregulares que tanto afecta a vizinha Espanha, a Itália e Malta. Será que é ético e avisado assobiar para o lado, como se não fosse nada connosco, ou será que temos o dever de entreajuda e de procurar, dentro desse espírito de solidariedade europeia, políticas e instrumentos comuns para fazer face a um problema que é, manifestamente, de todos?

Como já tive oportunidade de defender publicamente, o debate sobre o futuro da União vai para além da reforma das suas instituições, tanto mais que é duvidoso que os nossos cidadãos tenham neste tema a fonte primária das suas preocupações.

Pensemos no desemprego, que é, de longe, o problema que mais inquieta os europeus, como indica o Eurobarómetro. É necessário mais crescimento e mais emprego, mediante o reforço da coordenação — designadamente entre os governos da zona euro — em áreas como a economia, o trabalho e a fiscalidade. O euro é um sucesso, mas só por si uma moeda comum não basta para defender o emprego e aprofundar a coesão económica e social europeia.

Importa também dar novos passos na clarificação de aspectos, como o papel da Europa no mundo, os limites do alargamento, o envolvimento dos parlamentos nacionais no processo de decisão europeu e a simplificação legislativa da União Europeia. Estas são questões que interessam aos cidadãos europeus, e não apenas as que dizem respeito ao funcionamento das instituições e da repartição do poder entre os Estados-membros, embora reconheça a sua importância. O que temos em absoluto de evitar é a criação de um ambiente pouco saudável na Europa, despertando, de novo, os egoísmos nacionais.

Vivemos sob o signo de alguma melancolia europeia. Mas agora importa concentrarmo-nos no que nos pode e deve unir. Parece, finalmente, prevalecer a convicção de que o tempo de reflexão está a chegar ao fim e de que é necessário agir.

Da Europa não vieram só os fundos com que se construíram as nossas mais recentes infra-estruturas. A participação nesta aventura europeia confrontou-nos com uma nova exigência colectiva, um novo desígnio, que a todos mobiliza — Estado, empresas e cidadãos.

Espero que Portugal possa, no semestre que se avizinha, contribuir para o aperfeiçoamento da União Europeia, que se faz com realismo, passo a passo. Portugal, tal como os outros Estados-membros da União Europeia, necessita de uma União mais forte, melhor equipada — em termos de regras, políticas, instrumentos e recursos próprios — para lidar com os desafios do nosso tempo e corresponder, dessa forma, às expectativas da grande maioria dos cidadãos europeus.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início ao debate.
Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Santos David.

O Sr. **Mário Santos David** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Feliz coincidência celebrarmos meio século da assinatura do Tratado de Roma no mesmo dia em que, há 30 anos, foi entregue, em Bruxelas, o pedido de adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia.

Excelente oportunidade para um breve balanço do que foram estes 50 anos, em que um grupo cada vez maior de Estados decidiu livremente partilhar a sua soberania sobre um número cada vez crescente de sectores. E esse balanço pode-se sintetizar numa só palavra: sucesso! Por ter garantido o mais longo período de paz e prosperidade no seu espaço, por ter colocado a dignidade e a liberdade de cada cidadão

no centro de toda a sua actuação, por ser uma União de valores inspirados nas nossas raízes judaico-cristãs,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — ... por ter implementado um modelo social a que todos os outros continentes aspiram. Daí ser fácil perceber a razão porque a União Europeia continua a exercer um tão grande fascínio sobre os nossos vizinhos, que anseiam a sua futura adesão.

Orgulhamo-nos dos avanços na integração, da consagração de um espaço sem fronteiras, da moeda comum já utilizada por 13 países, da solidariedade para com os povos e as regiões menos desenvolvidos, do respeito pela língua e pela diversidade da identidade cultural de cada Estado e de contribuirmos com 70% das verbas dispendidas em ajuda humanitária em todo o mundo.

Quanto a Portugal, três pontos apenas bastariam para qualificar a nossa participação: a contribuição para a consolidação da democracia; o desenvolvimento socioeconómico (de que já fomos um exemplo para toda a Europa e de que, infelizmente, temos vindo, agora, a divergir); e a projecção externa do papel de Portugal no mundo.

Exemplos muito breves, já que a melhor forma de homenagearmos o passado é reflectindo sobre o que podemos melhorar no futuro. Um futuro em que queremos que renasça a ambição e a coragem que estiveram na base dos extraordinários avanços concretizados nestes 50 anos. Em que, por exemplo, a Estratégia de Lisboa, visando transformar a Europa na economia mais competitiva do planeta, seja um instrumento comunitarizado, menos intergovernamental, em que a Comissão Europeia tenha um papel primordial. Só assim, e completando simultaneamente o mercado único, venceremos os desafios da globalização.

Uma Comissão Europeia que temos o privilégio de ver presidida por um compatriota nosso, o Dr. Durão Barroso, que saudamos pela nova dinâmica e credibilidade que está a conferir à União, bem patente nos dois novos domínios fundamentais para o nosso futuro colectivo à escala global: a preservação do ambiente e a energia, com um recurso crescente e calendarizado a energias renováveis.

Os novos desafios implicam também que a União Europeia se dote de uma arquitectura institucional que não seja apenas a adaptação sucessiva que se fez até ao Tratado de Nice. Não nos podemos satisfazer com o facto da Declaração de Berlim ser omissa neste ponto, embora saudemos, cautelosamente, a vontade manifestada este fim-de-semana de haver um novo tratado da União Europeia ratificado até às próximas eleições de Junho de 2009.

Um tratado que tenha como base o texto actual proposto, em que queremos ver consagrado o equilíbrio institucional e interinstitucional aí expresso; em que a Carta dos Direitos Fundamentais passe a ter força jurídica vinculativa; e em que, tal como nas Constituições dos Estados-membros, não figurem de forma exhaustiva as várias políticas sectoriais que não têm dignidade constitucional, que defina uma forma muito mais expedita de permitir à União Europeia responder e adaptar-se aos desafios do futuro; mas em que venham expressamente marcadas as competências acrescidas que a União desde já identificou como necessárias à sua afirmação e projecção, como as relativas às políticas externa, de segurança e de defesa comuns.

Um novo tratado da União Europeia que não pode ser fruto da pressão e do voluntarismo do momento, da necessidade de encerrar um capítulo doloroso, mais pela imagem que transmite do que pelo seu impacto real; que não pode resultar de uma simples e apressada conferência intergovernamental, já que, por uma questão de transparência e democraticidade, queremos que esta seja antecedida de um sério debate com a participação activa dos parlamentos nacionais.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Só assim estarão criadas as bases sólidas para uma aceitação consciente da opinião pública, necessária às futuras ratificações.

Um tratado que permita à União estar preparada para acolher futuros parceiros que conosco partilham o mesmo espaço geográfico e os nossos valores culturais e de sociedade, que satisfaçam integralmente os Critérios de Copenhaga, e cujos povos estejam conscientes das regras que nos regem, que são públicas e bem conhecidas. A União Europeia deve exigir que cada potencial candidato sujeite, previamente, o seu pedido de adesão a um referendo interno.

As futuras adesões não podem ser ditadas por questões de geoestratégia, mas a União também não pode obstar a novos alargamentos por questões, como a capacidade de integração — já que é disso que se trata e não de capacidade de absorção —, nem tão pouco, o que seria escandaloso, por uma questão de geopolítica ou de capacidade financeira. Será que estes argumentos seriam aduzidos, se houver um pedido de adesão da Suíça, da Noruega ou da Islândia? Então, temos de usar a mesma coerência e honestidade intelectual para com, por exemplo, os países dos Balcãs ocidentais ou a Ucrânia. É também uma questão de solidariedade continental, e cada um deveria colocar a si próprio a questão de que resposta gostaria de obter, caso fosse Portugal, por vicissitudes da história, um dos poucos países que ainda não tivesse aderido.

Dentro de pouco mais de três meses, terá início a próxima presidência portuguesa. Um dos temas mais importantes que será aberto é o da reforma da estrutura e dimensão do orçamento comunitário e a questão dos recursos próprios. A opinião pública não tem certamente consciência de que o orçamento da União é menos de 1% do PIB comunitário. Comparar o valor acrescentado da aplicação destas verbas com a dos orçamentos nacionais envergonha qualquer Estado! Mas maior vergonha ainda é pensar que metade destas verbas são consagradas à política agrícola comum! Assim, haja a coragem de rever estes montantes e a sua afectação, de modo a estarmos à altura das ambições e expectativas dos nossos cidadãos e do papel que devemos desempenhar no mundo, ou vamos assistir, no futuro, a uma luta sem quartel entre os Estados mais pobres, arbitrada, para mais, pelos Estados mais ricos!

Numa União Europeia com 27 ou mais Estados, corremos o sério risco de vir a ter, nos próximos anos, uma Europa a várias velocidades, de cooperações reforçadas, com núcleos duros de geometria variável. Nenhum Estado deverá poder obstaculizar a que outros queiram aprofundar a sua cooperação. É fundamental, quando tal vier a acontecer, que Portugal integre, desde o início, esses núcleos duros e que aí se possa manter, como o fez com Schengen e o euro.

Termino, Sr. Presidente e Srs. Deputados, reafirmando a nossa confiança no desígnio colectivo que a União Europeia protagoniza, na certeza de que, se soubermos estar atentos aos anseios dos seus 500 milhões de cidadãos e ao papel que nos cabe desempenhar na cena internacional, estes 50 anos lançaram sólidos alicerces para um futuro de paz, liberdade e prosperidade.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Armando França.

O Sr. **Armando França** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: «Sua Majestade o Rei dos Belgas, o Presidente da República Federal da Alemanha, o Presidente da República Francesa, o Presidente da República Italiana, Sua Alteza Real a Grã-Duquesa do Luxemburgo, Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos,

DETERMINADOS a estabelecer os fundamentos de uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus,

DECIDIDOS a assegurar, mediante uma acção comum, o progresso económico e social dos seus países, eliminando as barreiras que dividem a Europa,

FIXANDO como objectivo essencial dos seus esforços a melhoria constante das condições de vida e de trabalho dos seus povos,

RECONHECENDO que a eliminação dos obstáculos existentes requer uma acção concertada tendo em vista garantir a estabilidade na expansão económica, o equilíbrio nas trocas comerciais e a lealdade na concorrência,

PREOCUPADOS em reforçar a unidade das suas economias e assegurar o seu desenvolvimento harmonioso pela redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas,

DESEJOSOS de contribuir, mercê de uma política comercial comum, para a supressão progressiva das restrições ao comércio internacional,

PRETENDENDO confirmar a solidariedade que liga a Europa e os países ultramarinos, e desejando assegurar o desenvolvimento da prosperidade destes, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas,

RESOLVIDOS a consolidar, pela união dos seus recursos, a defesa da paz e da liberdade e apelando para os outros povos da Europa que partilham dos seus ideais para que se associem aos seus esforços,

DECIDIRAM criar uma Comunidade Económica Europeia (...).

(...)

Roma, 25 de Março de 1957».

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Acabei de ler a primeira página e preâmbulo do Tratado de Roma que criou a CEE.

Esta é a certidão de nascimento da maior e politicamente mais bem sucedida união e comunhão de Estados da contemporaneidade, conseguida numa lógica de democracia, solidariedade, liberdade e respeito pelos direitos humanos e, sobretudo, em paz.

A História regista e registará, indelevelmente, a determinação, a decisão e a resolução dos seis Estados fundadores, dos responsáveis políticos subscritores dos tratados e daqueles que os proporcionaram e dos que, após o fim da II Guerra Mundial, se bateram pela ideia de uma união dos povos europeus, como foi o caso de Winston Churchill, Robert Schuman, Konrad Adenauer, Gasperi, Paul-Henri Spaak, Jean Monnet e tantos outros, a quem, nesta efeméride, prestamos a nossa homenagem.

A CEE afirmou-se, consolidou-se e evoluiu extraordinariamente e, hoje, é a União Europeia, com 27 Estados-membros, unidos e partilhando dos mesmos valores e dos mesmos objectivos, e é um projecto que consubstancia a capacidade dos europeus para superarem a Europa das Nações, que nasceu, no século XVII, com a Paz de Vestefália.

Tinha razão Jean Monnet, quando escreveu: «A própria Comunidade é apenas uma fase no caminho

para o mundo mais organizado de amanhã».

A História regista e registará, também, que este bem sucedido projecto colectivo político é merecedor das muitas iniciativas comemorativas deste 50.º aniversário, que acabam, aliás, de se realizar nos órgãos institucionais da União e em todos os Estados-membros.

Também tem razão Mário Soares, quando, há pouco tempo, escrevia: «Uma Europa a 27 não pode ser governada sem regras claras jurídico-institucionais, que permitam decidir com rapidez e falar a uma só voz».

Por isso, também a História regista e registará que foi com Mário Soares que Portugal pediu a sua adesão à então CEE, em 1977, e que foi ele que, enquanto Primeiro-Ministro de Portugal, assinou o Tratado de Adesão, em 1985.

Aplausos do PS.

A História regista e registará, também, que, após a adesão de Portugal à Comunidade, o nosso país consolidou as suas instituições políticas e estabilizou a democracia, os portugueses libertaram-se do ancestral e inibidor isolamento e o País pôde dar grandes saltos nos domínios das infra-estruturas básicas, rodoviárias e ferroviárias, na modernização do aparelho produtivo, nas novas tecnologias, no combate à inflação, na saúde, na esperança de vida, na taxa de mortalidade infantil, na taxa de escolarização e no combate à estigmatizante chaga do analfabetismo, na mobilidade e no desenvolvimento em geral.

Estes são resultados da integração de Portugal e dos portugueses no espaço económico, social e político europeu.

Estes são resultados que também ajudam a reforçar a nossa profunda convicção de que o projecto europeu é um projecto político, que vem ao encontro das velhas aspirações de paz, liberdade, democracia, solidariedade, justiça, respeito pelos direitos humanos e desenvolvimento, que há séculos e séculos povoam o imaginário dos povos europeus.

O Tratado de Roma foi o primeiro acto formal da cidadania europeia e o instrumento que derrubou as fronteiras e barreiras nacionalistas que nos dividiam e nos impediam de nos assumirmos como verdadeiros europeus. De tal modo que Timothy Garton Ash, num momento de particular inspiração, escreveu: «Se for a Varsóvia, Berlim, Paris ou Madrid, estou no estrangeiro. Se for a Varsóvia, Berlim, Paris ou Madrid, estou em casa. Este «estar em casa no estrangeiro» é a essência e a maravilha da Europa.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A recente Declaração do 50.º Aniversário da Assinatura dos Tratados de Roma, aprovada em Berlim, no essencial, reafirma os ideais e os valores comuns, o respeito pelas diversidades dos povos europeus e a necessidade de continuarmos unidos a enfrentar os desafios da União e da integração política da Europa.

Por isso, celebrar o Tratado é perceber que a construção da Europa é um difícil e duro caminho, feito de avanços e de recuos, de indecisões políticas às vezes, mas, passo a passo, com a necessária firmeza e determinação de cada um de nós e, principalmente, com a convicção e a certeza de que este é um caminho que não pode ter retorno.

Celebrar o Tratado é um momento para, recuperando a imaginação, a vontade e o espírito europeu que presidiu ao Tratado de Roma, relançar decididamente o Tratado Constitucional.

Celebrar o Tratado é um momento para promover a confiança e a esperança num projecto que se deve renovar e melhorar, para vencer as dificuldades que hoje se colocam à União Europeia, com 27 Estados-membros, com igual estatuto e direitos iguais e 450 milhões de pessoas que tornam o projecto ainda mais ambicioso, difícil e exigente.

Celebrar o Tratado é acreditar na Europa politicamente unida, forte, coesa e solidária e na nossa capacidade de construir o futuro e um mundo melhor.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. **João Semedo** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As comemorações dos 50 anos do Tratado de Roma, realizadas ao estilo de superprodução de Hollywood, não esconderam o impasse político e o bloqueio institucional que paralisam o processo de construção da União Europeia.

A grande festa, anunciada e prometida por Angela Merkel, não desceu às ruas das grandes cidades europeias. Os cidadãos da Europa não encontram razões para festejar, nem motivos de alegria, no rumo imposto pelas grandes potências. Os europeus olham para a Europa, Sr.^{as} e Srs. Deputados, com decepção e cepticismo.

Sobre estas comemorações, pode dizer-se que «a montanha pariu um rato». A Declaração de Berlim, emagrecida à força da exigente dieta dos consensos, promete e compromete-se com uma vaga e indefinida «base comum e renovada» para a União Europeia.

Celebrou-se um Tratado a pensar na imposição de um outro, o tratado constitucional, fracassado, como

futura constituição europeia, pelo voto de franceses e holandeses.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Exactamente!

O **Orador**: — Pretender agora recuperar aquele tratado e insistir na sua aprovação, como o fizeram Angela Merkel ou Romano Prodi, é fazer tábua rasa do que está estabelecido no próprio texto, que, como sabem, exige a sua aprovação por todos os Estados-membros da União.

O impasse na Europa e na construção europeia não se resolve com truques, nem com estratégias, exige a abertura de um novo processo constituinte, mais representativo e participado do que a Convenção de ilustres e iluminados que produziu o tratado.

Curiosamente, o Governo português parece ter-se comprometido com a organização de uma conferência intergovernamental, a realizar durante a presidência portuguesa, para resolver a crise institucional, sem que, até hoje, seja conhecida qualquer proposta do Governo sobre o assunto.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Mistério!...

O **Orador**: — Não esperamos que os membros do nosso Governo sejam profetas; apenas reclamamos que democraticamente informem os portugueses do que pensam sobre o futuro político da União Europeia.

Vencer este impasse político requer a opção por um texto que se concentre nos grandes princípios e valores identitários de uma Europa para o século XXI, que aponte os principais objectivos que presidem à construção europeia e que desenhe as linhas mestras do sistema de decisão e de governação políticas da União.

Recusamos uma constituição europeia que nos condene, a nós portugueses, mas também a todos os povos da Europa, à fatalidade do modelo único das políticas neoliberais, de mais mercado e menos Estado social, de mais flexissegurança e menos direitos sociais, de mais privatizações e menos serviços públicos, de mais controlo securitário e menos liberdade política.

Insistir nesse modelo único é meio caminho andado para não sair do impasse e não ganhar a confiança dos europeus.

A Europa por que lutamos, a Europa que queremos construir assenta numa economia solidária e no desenvolvimento sustentável e ecologicamente equilibrado, orientado para o emprego e a coesão social, para o progresso do modelo social que a Europa deu a conhecer ao mundo.

Não deixa de ser paradoxal que, 50 anos depois, muitos desígnios do Tratado de Roma sejam um rotundo fracasso no processo de construção europeia: o desemprego volta a alastrar como uma mancha e a economia mergulhou na estagnação. Por toda a Europa trava-se, hoje, uma intensa batalha em defesa do Estado social e pelos direitos dos trabalhadores, ambos debaixo do fogo das políticas neoliberais. A flexissegurança e a privatização dos serviços públicos são a sua face mais visível.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, 50 anos depois, a Europa desempenha um papel apagado e tímido na comunidade internacional. Em matéria de política internacional, a Europa existe quando a Administração norte-americana o permite ou consente. A invasão do Iraque e o conflito entre Israel e a Palestina bem o demonstram.

Estes 50 anos, Sr.^{as} e Srs. Deputados, demonstram que a construção europeia precisa de outros protagonistas e de outro rumo político.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O CDS-PP associa-se a esta iniciativa que assinala as comemorações dos 50 anos da assinatura dos Tratados de Roma.

Passaram 50 anos desde o dia 25 de Março de 1957, quando, em Roma, Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Itália e Luxemburgo assinaram os Tratados que instituíram a Comunidade Económica Europeia e a Comunidade Europeia de Energia Atómica, terminando com uma página negra da nossa história colectiva.

O Sr. **Diogo Feio** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — O fim da II Guerra Mundial deixou a Europa destruída económica, social e politicamente mas com a ameaça, sempre presente, do comunismo soviético instalado às portas do centro da Europa.

O Sr. **Diogo Feio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Orador: — Era essencial a união de todos quantos prezavam a democracia, a liberdade e a solidariedade.

Depois de Winston Churchill, defender pela primeira vez a ideia dos «Estados Unidos da Europa», de Robert Schuman lançar um Plano e do Tratado que, em 1951, instituiu a CECA, a assinatura dos Tratados de Roma foi a síntese necessária destas ideias, criando, a curto prazo, uma união aduaneira e, a longo prazo, um espaço económico único.

Ao recordarmos estes últimos 50 anos, com todos os avanços e também com todos os recuos, torna-se evidente que a integração europeia é uma história de sucesso.

Devemos estar orgulhosos com o que já conseguimos alcançar. A integração começou com 6 Estados-membros, hoje conta com 27, conduzindo a meio século de estabilidade, de paz e de prosperidade económica sem precedentes na Europa.

A Europa é, hoje, mais do que um parceiro económico, é uma Comunidade que, na sua diversidade, partilha valores, princípios e direitos como a democracia, a liberdade, a segurança e a justiça social, apesar das diferenças e da identidade de cada Estado-membro.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não olvidamos que vivemos uma situação complexa, com novos e difíceis desafios pela frente. O alargamento a Estados que há pouco mais de duas décadas viviam debaixo de terríveis ditaduras, a necessidade de reformular a orgânica da Europa sem desvirtuar os seus princípios básicos de igualdade entre Estados e o combate ao desemprego através da criação de condições para um sustentado crescimento económico são imperativos que só nos podem estimular para, em conjunto, chegarmos às melhores soluções.

Como uma conceituada publicação britânica titulava na semana passada, porventura, a Europa estará a passar pela crise da meia-idade, mas, estamos certos, será passageira e a Declaração de Berlim constituirá, mais do que um acto de introspecção e de reafirmação de princípios que todos defendemos, uma verdadeira afirmação de vontade colectiva de construir uma Europa que faça da sua diversidade uma mais-valia para a construção de um projecto de paz, democracia e prosperidade.

Neste contexto, julgamos e desejamos que o papel de Portugal, na Presidência da União Europeia que se aproxima, pode e deve ser fundamental, como bem assinalou aqui o Sr. Secretário de Estado.

Da nossa parte, pode contar com o apoio do CDS-PP, com sentido de Estado para participar na construção deste projecto.

Assim o esperamos. Assim o desejamos. Assim a Europa, todos os europeus e todos os portugueses necessitam!

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A propósito das Comemorações dos 50 anos do Tratado de Roma, a primeira nota que gostaria de sublinhar tem a ver com a forma como foi elaborada e divulgada a Declaração de Berlim, apresentada no passado domingo.

Sr. Secretário de Estado, tendo em conta, por um lado, o secretismo que rodeou a elaboração do texto da Declaração — não é segredo que houve um secretismo absoluto —, o quase completo desconhecimento prévio sobre o seu conteúdo, as suas ideias e orientações fundamentais — e não colhe aqui qualquer argumento que possa ser usado sobre quem é que assinou ou não a Declaração, isto seria apenas um pequeno *faits divers* ou um disfarce sobre a forma secreta como foi elaborado o texto — e, por outro lado, o facto de esta Declaração falar e querer assumir posições, embora mitigadas, em nome, pasme-se!, de todos os cidadãos e cidadãs da Europa, mostra bem ou, se quiser, confirma bem, um dos grandes problemas que tem minado a integração europeia desde sempre.

O secretismo, a falta de clareza, a ausência de transparência, a ausência de participação e o diminuto debate, em síntese, arrisco-me a dizer a falta de democracia,...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

...isto é, alguns dos grandes defeitos que caracterizam a integração europeia e que a Presidência alemã, com a complacência de todos, incluindo a do Governo português, recuperou a propósito da Declaração de Berlim e agravou com o método que impôs para a elaboração deste texto, mostra bem aquilo que tem sido a integração europeia nestes 50 anos. E isto a propósito — vejam só! — de uma simples declaração comemorativa, o que não seria a propósito de temas relevantes!

Uma segunda nota que se enfatiza tem que ver com o balanço global destes 50 anos e, de forma mais concreta, com a avaliação dos 21 anos de integração do nosso país.

Enaltece-se, é evidente, o exemplo da paz na Europa. É de facto positivo, mas, sem prejuízo desta

observação positiva, porque será que se procura sempre fazer esquecer que na Europa, desde 1945, ou seja, há quase 62 anos, um pouco mais que os 50 do Tratado de Roma, apesar de tudo e infelizmente, a guerra continuou, embora noutra escala, a existir no continente europeu?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — É preciso lembrar os Balcãs? O Kosovo? O desmembramento dramático da ex-Jugoslávia, até a agressão à Sérvia? Não é possível apagar isto da nossa história colectiva!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — A verdade é que, mesmo com o Tratado de Roma, continuou, infelizmente, a existir guerra na Europa e a verdade também é que alguns dos principais países da actual União Europeia andam por aí a fazer guerra ou a invadir países. Veja-se, por exemplo, o caso do Iraque, para não citar outros exemplos, e isto também não se pode esquecer no nosso viver colectivo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Tudo isto vem a propósito de balanços e de avaliações e a verdade é que nunca se fez, ou nunca se quis fazer, uma avaliação rigorosa sobre estes 50 anos do Tratado, muito menos sobre os últimos 20 – avaliação de contexto político, avaliação de progressos, avaliação de retrocessos, porque os há, uns e outros.

Pela parte do PCP, temos contribuído para procurar fazer essa avaliação. Refiro a propósito e para quem não sabe, o Encontro Nacional sobre o balanço dos 20 anos de integração de Portugal na União Europeia, que realizámos no final do ano passado.

Uma última nota tem que ver o futuro próximo: a Declaração de Berlim fala de ter uma base alargada e renovada a ser definida até 2009; não se fala de um novo tratado, não se fala também do tratado constitucional, mas à «boca pequena» insiste-se em que o objectivo é mudar o nome da proposta rejeitada e manter o seu conteúdo. Se isto for verdade, não há que ter ilusões quanto ao futuro próximo nem quanto aos caminhos que se pretendem fazer trilhar a esta União.

A propósito desta questão, as declarações ou, melhor, a ausência de declarações ou mesmo omissões de alguns responsáveis governamentais, incluindo o Sr. Secretário de Estado aqui presente, têm que ser clarificadas e, se possível, hoje. Se vier a ser apresentada uma proposta de novo tratado, seja ele maximalista ou minimalista, seja ele qual for, qual é o entendimento do actual Governo quanto à sua ratificação em Portugal?

Pretende o Governo, ou não, manter a obrigação de realizar um referendo? Vai voltar...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é favor terminar.

O **Orador**: — Termino já, Sr. Presidente!

Como dizia, vai voltar o Governo, apesar dos impedimentos agora incluídos na Constituição, às tentativas de ratificar tratados sem a participação nem opinião expressa do País?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, 2 minutos não dá para dizer grande coisa relativamente a estes 50 anos do Tratado de Roma, pelo que opto por virar-me um pouco mais para o futuro, com base também naquilo que aconteceu num passado recente, na «história» da dita Constituição Europeia.

Primeiro, criaram-se regras definidas relativamente à aprovação daquele texto constitucional. Com o «não» da Holanda e da França aquilo que aconteceu foi uma necessidade absoluta dos super, hiper-eurodefensores alterarem completamente as regras do jogo para obrigar aqueles que disseram «não» a dizer, num futuro próximo, «sim».

Ou seja, entenderam, afinal, que as regras que tinham criado, face às respostas que foram dadas por povos da União Europeia, não eram regras adequadas para fazer valer a sua Constituição Europeia.

Ora, penso que isto demonstra perfeitamente que a Europa, neste momento, está construída. Isto é, ao invés de procurar perceber as razões que levaram povos de países da União Europeia, designadamente da França e da Holanda, a dizer «não» a este modelo de construção europeia, aquilo que se está a fazer é procurar promover as mais inúmeras reflexões para perceber que mecanismos e que metodologias se podem vir a encontrar, sejam eles mais ou menos democráticos, para impor um texto que foi definido por

esse grupo restrito ao nível da União Europeia, afastado dos cidadãos, no sentido de impor esse modelo institucional, constitucional, europeu, e também ao nível de políticas europeias extremamente problemáticas.

É assim que a União Europeia procura ultrapassar aquilo que, neste momento, designa de impasse, é isso que vem escrito nas entrelinhas da Declaração de Berlim, aquilo que procuraram não assumir claramente (porque não é bonito assumir-se isto assim) mas que é aquilo que estão a procurar impor na prática. Portanto, convém despertar os povos dos países da União Europeia, incluindo de Portugal, para aquilo que estão a procurar fazer ao nível das instituições europeias.

É preciso referir também, e isso não foi dito nas intervenções, designadamente, do Governo, do Partido Socialista e do PSD, o profundo descontentamento que grassa por essa Europa fora entre os cidadãos dos diferentes Estados-membros. É que são os próprios estudos da União Europeia, designadamente os sucessivos eurobarómetros, que vêm justamente revelar esse contínuo afastamento. Então, não merecerá isto uma verdadeira reflexão sobre as causas e os porquês dessa insatisfação dos cidadãos relativamente a este modelo de construção europeia?

Quanto à Constituição Europeia já falámos.

Sobre a energia nuclear há estudos concretos que demonstram que os cidadãos da União Europeia entendem que a energia nuclear não é uma solução, e não deve ser uma solução, ao nível da União Europeia. Então, o que é que as instituições europeias como solução? Vamos financiar a energia nuclear porque ela deve ser parte integrante do *mix* energético dos diferentes Estados-membros.

Veja-se aquilo que se procura impor ao nível da flexigurança, veja-se o que se procurou impor com a directiva da liberalização dos serviços, enfim, tudo medidas...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, queira concluir.

A **Oradora**: — Termina já, Sr. Presidente.

Como dizia, tudo medidas que muito agradam àqueles que estão fechados nos gabinetes das instituições europeias mas que prejudicam profundamente os cidadãos dos diferentes Estados da União Europeia.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A **Oradora**: — É esta a Europa para cuja construção não gostaríamos de contribuir, gostaríamos, sim, de contribuir para construir um novo modelo de solidariedade e de cooperação europeia.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção final, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Antes de mais, queria regozijar-me de novo pelo facto de ter sido possível debater aqui a Europa por ocasião dos 50 anos da assinatura dos Tratados de Roma e assim, de alguma forma, concluirmos uma série de efemérides e de celebrações a este propósito.

Não vim aqui dizer que a Europa é perfeita, que o projecto europeu é perfeito, que não há erros, nem falhas, nem dificuldades. Vim dizer, naturalmente, que acredito na Europa e que é bom que Portugal esteja na Europa.

Também vim dizer que temos uma ambição para a Europa, que queremos uma melhor Europa. E uma Europa melhor é, certamente, uma Europa que está mais ao serviço dos cidadãos, das suas preocupações e exigências mas também das suas dificuldades e dos seus problemas.

Queremos uma Europa que sirva os cidadãos.

Vozes do PS: — Muito bem!

Protestos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

O **Orador**: — Como digo, reconheço as dificuldades. Mas, perante as dificuldades e os problemas, há duas hipóteses: ou se adopta um discurso catastrofista, que diz que tudo é impossível, que nada é bom, que não se consegue melhorar, que todas as alternativas são más, ou um discurso de convicção, um discurso de luta e um discurso de que é possível mudar e melhorar. É o que nós fazemos!

Mesmo aqueles que — legitimamente, com certeza — criticam em todos os aspectos o projecto da União Europeia, a verdade é que não apresentam nenhuma alternativa viável.

Vozes do PCP: — Não é verdade!

O **Orador**: — E quando dizem que esta União não serve, não dizem que «união» é que serve!

Vou dizer aos Srs. Deputados, muito concisamente mas espero que muito explicitamente, a Europa que o Governo deseja.

Deseja uma Europa com instituições europeias mais transparentes, mais democráticas, mais eficientes; deseja uma Europa com relações equilibradas, justas, progressivas com os seus parceiros;...

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — ... defende uma Europa que se vá alargando progressivamente a outros parceiros europeus, no respeito, obviamente, de critérios e condições que são conhecidos; defende uma Europa economicamente mais desenvolvida mas também mais respeitadora do ambiente e socialmente mais justa; defende uma Europa que seja um espaço de liberdade, de segurança e de justiça; defende uma Europa mais activa, mais actuante no mundo, em nome dos nossos princípios e valores.

Criticou-se aqui a Declaração de Berlim mas não se referiu, como julgo que se deveria referir, que esta é uma reafirmação política de valores e de princípios que são fundamentais para a construção do projecto europeu.

Aplausos do PS.

A Declaração de Berlim reafirma inequivocamente que esta é uma Europa dos Estados de direito, uma Europa dos direitos humanos, uma Europa da democracia; reafirma inequivocamente que é uma Europa que combaterá contra o racismo e a xenofobia e reafirma inequivocamente que é uma Europa que lutará contra a fome e a miséria no mundo, pela paz e pela estabilidade.

Esta é a Europa em que o Governo acredita e a Europa pela qual o Governo se baterá.

Protestos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

Apresente uma alternativa!

Saio daqui confiante e reconfortado com o apoio maioritário desta Câmara aos objectivos da presidência portuguesa. Temos uma agenda difícil e complexa, para a qual precisamos, naturalmente, do apoio de todos os Estados-membros, mas também do apoio dos portugueses e desta Câmara. Aliás, quero sublinhar que, no exercício da nossa presidência, como é nosso dever, naturalmente, tentaremos manter informada esta Câmara sobre todos os passos e todas as iniciativas que teremos pela frente.

Temos uma tarefa que não é menor, a de resolver o impasse constitucional. De alguma forma, recebermos um mandato na Declaração de Berlim e recebê-lo-emos outra vez, no final da presidência alemã, com as conclusões do Conselho Europeu de Junho, conclusões que, naturalmente, procuraremos seguir e implementar — neste momento, ninguém sabe exactamente o quê, mas ninguém duvida que é uma tarefa difícil e complexa.

Fá-lo-emos no interesse da Europa, com determinação, mas também no interesse de Portugal. Este é, certamente, um objectivo e uma prioridade para nós.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 16 horas e 40 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos dar início à discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 118/X — Procede à reforma global da tributação automóvel, aprovando o Código do Imposto sobre Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem.

Para fazer a apresentação do diploma, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais** (João Amaral Tomaz): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A proposta de codificação da tributação ou fiscalidade dos veículos automóveis, recentemente aprovada pelo Governo e remetida à Assembleia da República para discussão e aprovação, visa pôr fim a um sistema jurídico envelhecido nos seus princípios e formulação e estabelecer, ao mesmo tempo, seguindo os princípios do Programa do Governo, as bases para uma política fiscal automóvel que tenha em conta as preocupações ambientais e energéticas do nosso tempo.

O primeiro elemento de mudança para a concretização da reforma automóvel de natureza ambiental foi materializado na Lei do Orçamento do Estado para 2006, pela qual o imposto automóvel passou a integrar, na sua base tributável, uma componente de dióxido de carbono (CO₂), que representa actualmente cerca de 10% da receita total do imposto.

A proposta de lei que agora se apresenta, sem deixar de acentuar de forma gradual e progressiva a componente ambiental na fórmula de cálculo da fiscalidade automóvel, de modo a motivar a compra de veículos menos poluentes, prevê igualmente a deslocação de parte da carga fiscal do momento da aquisição para a fase de circulação.

Estes desenvolvimentos essenciais da nova tributação proposta, ou seja, a transferência parcial e gradual da carga fiscal da fase da matrícula para a fase de circulação e a conversão, igualmente gradual, em emissões de CO₂ na actual base tributável, correspondem aos objectivos da proposta de directiva apresentada em Julho de 2005 pela Comissão, em discussão no Conselho, e que recolheu já o parecer favorável do Parlamento Europeu, em Setembro de 2006.

Em termos formais, esta reforma traduz-se na criação do imposto sobre veículos (ISV), que substitui o actual imposto automóvel, e na criação do imposto único de circulação (IUC), que substitui três impostos — o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem —, tudo isto sem esquecer a codificação daí resultante: Código do ISV e Código do IUC.

Passando a dados concretos, direi que, a partir do dia 1 de Julho de 2007, se esta proposta for aprovada por VV. Ex.^{as}, cerca de 10% da receita do actual imposto automóvel passa para a fase de circulação, ficando os veículos sujeitos ao imposto único de circulação, pago anualmente no mês correspondente à matrícula do veículo.

Desejava sublinhar o seguinte aspecto: a informática tributária, que é considerada por muitos como uma informática muito poderosa, não é tão poderosa assim. Temos sempre problemas com o estrangulamento ou com o bloqueamento quando há uma concentração da entrega de declarações numa única data. Portanto, ao diferir em 12 meses o pagamento do IUC, no mês de aniversário da viatura, não teremos um pico em termos informáticos e passaremos a ter um nível mais alisado.

O peso da cilindrada no cálculo do imposto é reduzido dos actuais 90% — actualmente, a componente ambiental representa apenas 10% — para 70%. Ou seja, a componente ambiental passará, a partir do dia 1 de Julho, a representar 30% da tributação. Este aumento irá prosseguir, a partir de Janeiro de 2008, em que a componente ambiental representará 60% da tributação do imposto sobre veículos.

Relativamente ao imposto de circulação, o imposto passa a ter igualmente em conta as emissões de CO₂, de acordo com as percentagens assinaladas para o imposto sobre veículos. As tabelas CO₂ serão diferenciadas consoante o tipo de combustível, como ocorre já hoje, e serão progressivas em função do peso relativo do nível de emissões de CO₂.

Para os veículos a gasóleo com emissões de partículas inferiores a 5 mg/km é concedida uma bonificação de 500 €. Esta inovação tem a ver com a protecção da saúde.

Hoje em dia, nos carros a gasóleo existem situações de níveis de emissão de partículas muito significativas e, particularmente, nocivas para a saúde, e emissões mais baixas. O que se faz é dar um prémio para a aquisição de veículos que tenham níveis de emissão de partículas mais baixos.

São igualmente de relevar outros aspectos ambientais da reforma: a isenção do imposto sobre veículos para os táxis com motores híbridos e a redução de 40% do imposto sobre veículos para os veículos ligeiros de passageiros a GPL, ou gás natural, ou com motores híbridos — portanto, para todos estes casos, existirá uma redução da tributação em 40%.

Relativamente ao novo imposto único de circulação, que, como já referi, engloba os três actuais impostos, o sujeito passivo passa a ser o proprietário do veículo. Isto liga-se, portanto, a uma outra fase que se irá seguir, que é uma nova política para o abate de viaturas em fim de vida por razões também ambientais.

A liquidação do imposto será efectuada pelo proprietário do veículo, através da *Internet* ou no serviço de finanças, sendo eliminada a aposição do dístico. Portanto, aquela situação que todos conhecem, em que já não existe espaço no pára-brisas para colar todos os dísticos, irá desaparecer no futuro. O pagamento será totalmente desmaterializado.

Os veículos de passageiros e mistos, de peso bruto e igual ou inferior a 2500 kg, que sejam matriculados até ao dia 1 de Julho de 2007 serão tributados por uma tabela praticamente idêntica ao do actual IMV. Há aqui uma separação entre os veículos registados a partir do dia 1 de Julho de 2007 e aqueles que já estão em circulação neste momento, ou seja, aqueles que já estão em circulação terão uma tributação em imposto de circulação semelhante àquela que têm actualmente no imposto municipal sobre veículos.

Estes são os traços gerais desta reforma. Gostava ainda de clarificar, como tenho feito sempre, que não gosto de «ficar com os louros» do trabalho alheio. Ora, o que acontece é que, contrariamente a algumas críticas que dizem que esta reforma é um plágio de tentativas anteriores, esta reforma não é verdadeiramente um plágio mas, sim, um aproveitamento do que já tinha sido estudado em 2001 e que esteve quase pronto para ser aprovado. Como não houve condições para o submeter à Assembleia da República, aproveitámos aquilo que de bom estava feito, tentámos adaptá-lo à realidade, aumentámos a componente ambiental e é esta a reforma que coloco à vossa consideração.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Há três pedidos de esclarecimento, sendo o primeiro do Sr. Deputado Honório Novo.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, a ausência de consulta prévia, mesmo quando é politicamente obrigatória para a elaboração das propostas de lei, começa a ser um hábito do Ministério das Finanças, hábito esse que sublinho negativamente.

Esta proposta de lei, como se sabe, altera receitas municipais. Aliás, altera mesmo a lei das finanças locais recentemente aprovada. No entanto, a Associação Nacional de Municípios, segundo indicações que consegui recolher, recebeu a proposta de lei anteontem. Portanto, Sr. Secretário de Estado, esta situação não pode acontecer. É mau para todos: para o Governo, para as instituições e para o debate parlamentar.

É verdade que a proposta propõe uma norma transitória que assegura a neutralidade de receitas para os municípios em 2007. Correcto! Mas, Sr. Secretário de Estado, não fico com nenhuma certeza quanto ao futuro. Como é que as receitas municipais vão ser asseguradas em 2008, em 2009, ao nível que teriam caso se mantivesse o imposto municipal respectivo?

Já agora que se fala em autarquias, gostava de lhe colocar uma outra questão. Não há receitas do novo imposto de circulação dos veículos das classes C e D para as autarquias. Ora, julgo que uma das razões que o Governo invoca para tributar este tipo de veículos tem a ver com a sua responsabilidade na degradação da rede viária ou por causa dessa degradação. Ora, sabendo-se que a maior parte da rede viária é da responsabilidade dos municípios, não considera que uma afectação, ainda que parcial, das receitas dos impostos destes veículos aos municípios seria uma forma eventual de, no futuro, obviar à diminuição das receitas locais?

Sr. Secretário de Estado, gostaria de lhe colocar outras questões completamente diversas. A esta proposta falta um estudo de impacto fiscal. Penso que o Governo tinha de ter apresentado elementos ou estudos de impactos das suas alterações. Portanto, a questão que coloco é a seguinte: está o Governo em condições de garantir que daqui a dois, três ou quatro anos a soma das receitas obtidas pelo novo ISV e pelo novo IUC não será maior, e significativamente maior, que a receita dos actuais impostos sobre os veículos automóveis no presente? Sr. Secretário de Estado, posso garantir-lhe que tenho em minha posse muitos elementos que garantem exactamente o contrário. Gostava, pois, que o senhor tivesse uma posição clara sobre esta matéria.

Uma outra questão central tem a ver com a transferência de incidência da cilindrada para as emissões de CO₂. O Sr. Secretário de Estado não desconhece que os carros mais caros e mais potentes, com maior incorporação tecnológica, são e serão comparativamente menos poluentes. Ora, isto significa que podemos ter uma reforma fiscal que, comparativamente com a actual situação, vai penalizar mais os carros menos caros e aliviará a carga fiscal sobre os carros mais caros.

Sr. Secretário de Estado, considera justas as soluções, mesmo suportadas num argumento defensável, que é a defesa do ambiente, que vão penalizar mais o comprador do *Renault Clio* do que o comprador do *Mercedes 220*? Creio que ninguém entenderá esta evolução e importa perceber qual é a opinião do Governo sobre a sua disponibilidade de alterar esta anormalidade que, pelos vistos, está prevista e inserida na proposta de lei.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, V. Ex.^a disse que esta reforma estava pronta desde 2001. Deixe-me que lhe diga que, apesar de estarmos a falar de impostos, essa não é para nós uma «boa colheita». Portanto, 2001 pode não indiciar que esta seja uma boa proposta de lei.

Sr. Secretário de Estado, é conhecido por todos que o sector automóvel, em Portugal, tem uma excessiva carga fiscal, e vem agora o Governo dizer, nesta proposta de lei, que tem como objectivo passar gradualmente essa carga fiscal do acto de aquisição para o acto de circulação ou de utilização do automóvel.

Porém, há aqui dois problemas que gostaria de levantar desde já. É conhecido que, em Portugal, este Governo aumentou o IVA para 21%, que, aliás, era uma medida transitória. Ora, o IVA incide também sobre o imposto automóvel e, portanto, vem obviamente encarecer os automóveis, sobretudo no acto de aquisição. Portanto, essa medida transitória vai ter sempre um efeito negativo na excessiva carga fiscal sobre o sector automóvel.

Mas o Sr. Secretário de Estado diz que vai haver uma redução gradual. Ora, é aqui que tenho uma série de dúvidas, que o Governo tem de nos explicar, até porque recentemente saíram notícias de uma associação de comércio automóvel, que vale o que vale, que diz assim: «Não, não! Vão adquirir já os automóveis antes de Julho porque se não, passados alguns anos, vão-lhes custar mais caro do que se os adquirirem

com este imposto.»

Bom, esta dúvida tem de ser esclarecida aqui, neste Plenário da Assembleia da República. É que o Governo diz que esta é uma proposta que visa atingir uma neutralidade fiscal e orçamental mas, pelas contas que fizemos, que são sempre difíceis, parece que vai acontecer o contrário. Esta é a questão! Ou seja, ao fim de alguns anos, um automóvel vai ser mais caro após a sua aquisição e o Governo e o Estado vão ter mais receita — logo, mais carga fiscal. Ora, é isto que o Sr. Secretário de Estado tem de nos esclarecer, pois não há dúvida que para os consumidores, para o comércio automóvel, para a economia portuguesa seria bom que se fizessem as coisas de outra forma.

Deixo-lhe ainda uma outra questão. Se a reforma estava pronta desde 2001, por que razão o Governo, quando fez a reforma, não optou, e passaram todos estes anos — não está em causa a componente ambiental —, por fazer uma reforma baseada no preço do mercado do automóvel? Como o Sr. Secretário de Estado sabe, e é isso que se começa a fazer na maioria dos países da Europa, isso é muito mais verdadeiro porque, quando fazemos projecções da aplicação das tabelas, há casos de automóveis com um preço base muito mais caro que acabam por pagar menos imposto, quer o ISV quer o IUC. Isto é, no mínimo, altamente injusto!

Portanto, as questões que aqui deixo ao Sr. Secretário de Estado têm a ver com esta matéria: por que razão o Governo não optou pela base valor do veículo, pela questão ambiental e não pela cilindrada, que gera situações de grande injustiça? O Governo pode explicar-nos se esta proposta vai ser, realmente, boa para todos, ou seja, para o Estado, para os consumidores, para o comércio automóvel e para a economia portuguesa? É que os indícios da mera leitura desta proposta — que não vem acompanhada, como disse, e bem, o Deputado Honório Novo, de um estudo de impacto fiscal e, principalmente, de impacto orçamental e financeiro desta matéria — deixam-nos numa enorme dificuldade, pelo que gostaríamos que o Sr. Secretário de Estado nos esclarecesse essas matérias.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Alda Macedo

A Sr.^a **Alda Macedo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, há aqui algumas questões que, na verdade, estão a carecer de uma maior clareza da parte do Governo em relação a algumas matérias.

Uma delas tem justamente a ver com o sabermos, afinal de contas, qual é o impacto real sobre a receita fiscal que o Governo espera arrecadar, sendo que as declarações públicas por parte do Governo vão no sentido de indiciar que nos primeiros anos de aplicação deste novo código haverá uma diminuição da receita fiscal, mas que ela vai ser recuperada em anos subsequentes.

Porém, é preciso que o Governo quantifique exactamente quais são as expectativas, para termos a noção do que isto significa com rigor e com exactidão em relação àquele que vai ser o custo com a utilização dos veículos por parte dos contribuintes.

A outra questão que gostaria de lhe colocar tem a ver ainda com a clareza do que está proposto. É que, na verdade, o Governo argumenta com uma maior imputação do factor ambiental, com o qual estamos em absoluto acordo no que tem a ver com as questões de princípio. No entanto, Sr. Secretário de Estado, devo dizer que nos preocupa a filosofia que está aqui subjacente nas regras sobre a aplicação da taxa e, sobretudo, sobre a definição da base tributável no que diz respeito ao imposto de circulação.

Efectivamente, o imposto de circulação, quando define a base tributável para os veículos das categorias C e D, leva em linha de conta o número de eixos, o tipo de suspensão, a antiguidade, a primeira matrícula, mas não leva em linha de conta a emissão de gases que contribuem para o efeito estufa.

Ora, este é um factor que não é de todo aceitável num País que está confrontado com esta necessidade absoluta de reduzir as emissões de gases que contribuem para o efeito estufa. Esta devia ser, de facto, a preocupação n.º 1 do Governo. Todavia, essa preocupação só será consequente se, para além de se traduzir no imposto sobre veículos, tiver repercussões no imposto sobre circulação.

Ainda sobre este imposto, Sr. Secretário de Estado, há uma matéria que não podemos deixar de equacionar. Devo dizer que o Bloco de Esquerda acompanha a ideia de fundo segundo a qual um veículo cujo proprietário tem residência fiscal num determinado concelho circula, apesar de tudo, pelo espaço nacional de forma absolutamente livre. E isso significa que o impacto que este veículo exerce sobre o ambiente e sobre as infra-estruturas não se faz sentir exclusivamente no concelho de residência do proprietário. Como tal, há que ter uma determinada filosofia relativamente a este imposto de circulação, caminho que o Governo parece querer seguir, se bem que, na nossa opinião, de forma um pouco inconsequente.

De facto, percebemos e acompanhamos as preocupações já aqui manifestadas pelo Deputado Honório Novo em relação à sustentabilidade das receitas dos municípios. Mas a verdade é que todos os municípios, até por força dos seus próprios planos de mobilidade em sede de PDM, contabilizam as taxas de circulação na sua área. Seria, portanto, relativamente fácil optar por deixar ao Estado a titulação deste imposto, entregando-se, depois, aos municípios a parcela correspondente à taxa de circulação na área de cada município, visto que é aí que o impacto se faz, efectivamente, sentir. O modelo que o Governo encontra é, contudo, pouco claro, pouco transparente e suscita dúvidas em relação às necessidades que os municípios

têm de obter receitas que vão ao encontro das suas responsabilidades ao nível da mobilidade.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, tenho todo o prazer em tentar responder a todas as questões formuladas.

Começarei pelas perguntas feitas pelo Sr. Deputado Honório Novo, relativas ao facto de se assegurar ou não o nível de transferências que, neste momento, os municípios recebem do imposto municipal de veículos e à eventual distorção de que falou, consequência do desagravamento de determinadas viaturas de cilindrada mais baixa, quando comparadas com viaturas de cilindrada mais elevada.

Quanto à quantificação, direi que ela aparece já consagrada no próprio Relatório do Orçamento do Estado para 2007, onde calculámos a perda de receita fiscal que iríamos ter este ano em resultado da mudança do sistema de tributação. Posso dar-lhe números mais concretos com todo o detalhe. O Sr. Deputado diz que há associações que têm números diferentes e que asseguram que não há agravamento, mas a verdade é que as associações que foram ouvidas aquando da preparação deste projecto sabem que as contas foram feitas de maneira perfeitamente linear e que qualquer pessoa pode repetir.

O exercício que foi feito passou por pegar em todos os carros registados em 2006 e por presumir qual seria a receita fiscal que as mesmas viaturas, se fossem registadas em 2007 com este novo sistema, gerariam. O resultado global traduz-se, contudo, no período de um ano completo. Como sabem, a mudança irá operar-se apenas a partir de 1 de Julho, mas, se se tratasse de um ano completo, o que aconteceria seria que o Estado iria perder de IA 95 400 000 €, de IVA, que incide sobre uma base complexiva, perderia 20 000 000 €, de imposto de circulação, receberia mais 18 100 000 € e, no total, teríamos uma perda de receita fiscal, para o ano completo, de 97 400 000 €. Se pusermos, contudo, uma hipótese simplificadora, considerando que o novo regime só abrange meio ano e que, portanto, a perda é só de metade daquele valor, chegamos à conclusão de que há menos 48 000 000 € de receita fiscal.

Os municípios irão receber, todavia, com o novo sistema, mais 1 900 000 € do que com o sistema actual. Este exercício pode ser perfeitamente repetido por qualquer associação que tenha o número de automóveis registados em 2006, calculando, assim, qual o montante de receita fiscal que seria obtido com o sistema actualmente em vigor e com o sistema proposto.

Ainda em termos de quantificação, penso, com o devido respeito, que o exemplo que o Sr. Deputado deu foi mal escolhido. De facto, se o Renault Clio é aquele que eu conheço, com 1461 cm³ de cilindrada e com um nível de emissões de 110 g/km, tem, actualmente, uma tributação de 4125 € e passará a ser tributado em 3141 €.

A Sr.^a **Helena Terra** (PS): — Fez uma má escolha de carro, Sr. Deputado!

O **Orador**: — Este é um exemplo em que a redução da tributação é de 24%, pelo que eu não o escolheria para ilustrar esta situação.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Mas eu dei mais do que um exemplo!

O **Orador**: — Neste caso concreto, a diminuição da carga fiscal não é de 10%, como acontece em média, mas, sim, de 24%.

Voltarei, depois, a uma outra questão que o Sr. Deputado Honório Novo colocou.

Quanto à questão dos cálculos, de que falou o Sr. Deputado Hugo Velosa e à qual já aludi em resposta ao Deputado Honório Novo, direi mais uma vez que as associações que estiveram presentes sabem perfeitamente como é que os cálculos foram feitos.

Pode discutir-se, de facto, se, com a mudança, não haverá transferências de procura de uns modelos para outros. Mas, em termos de análise e de cálculos, penso que a nossa é a hipótese mais simplificadora, mais clara e transparente.

Quanto à alternativa que sugeriu, o Sr. Deputado sabe que, neste momento, existe na União Europeia uma divisão quanto à base de tributação. Há vários países que a fazem incidir unicamente sobre a componente da cilindrada, há outros que consideram apenas a componente do valor tributável e há outros que têm soluções mistas. O que é proposto na directiva da Comissão é que os países evoluam para uma solução mista em que a componente ambiental tenha o seu papel. O que a Comissão sugere é mesmo que, de início, a componente ambiental represente, pelo menos, 25%.

Ora, no primeiro ano vamos praticamente alcançar este objectivo de ter uma componente ambiental que represente 25%. Reparem que, se em termos de registo ultrapassamos claramente os 25%, em relação às viaturas em circulação a componente ambiental só será introduzida a partir de 2009, porque não consta do documento do veículo. Daí que pensemos estar garantido que a média ponderada será superior a 25%. De qualquer modo, parece-me que essa é a solução.

A Sr.^a Deputada Alda Macedo falou das viaturas pesadas e disse que o imposto de circulação não continha a componente ambiental. Se reparar, com esta codificação passamos para o imposto de circulação o que era tributado autonomamente no imposto de viaturas pesadas. Hoje em dia, a nível europeu, essas viaturas são tributadas em função do número de eixos e dos elementos que a Sr.^a Deputada referiu. O que fizemos no Orçamento de 2006 e de 2007 foi reforçar indirectamente essa componente ambiental, ao tratar de maneira mais benévola as novas viaturas, para evitar que os veículos mais antigos, que são normalmente os mais poluentes, tenham o mesmo tratamento.

Quanto à questão da titularização da receita dos municípios, queria referir que essa proposta vai quase diametralmente em sentido oposto àquele que a Associação Nacional de Municípios Portugueses tem defendido. O que esta Associação tem defendido é que nos casos em que não se possa comprovar qual é a residência do contribuinte — é o caso dos alugueres de longa duração e dos *leasings* dos automóveis — os municípios passem a ter uma receita. O que acontecia era que como estas empresas estão normalmente sediadas em Lisboa, no Porto e nas grandes cidades os municípios do interior não recebiam qualquer receita fiscal em termos de imposto municipal sobre veículos.

O que se acautelou foi precisamente esta situação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Feio.

O Sr. **Diogo Feio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, ao discutirmos a tributação automóvel e a sua modificação em Portugal não podemos deixar de salientar como primeiro dado de natureza positiva o facto de passarmos de uma situação de alguma complexidade fiscal, com o imposto automóvel, com o imposto municipal sobre os veículos, com o imposto de circulação, com o imposto de camionagem, para dois únicos impostos mais determinados nas suas áreas, que são o imposto sobre os veículos e o imposto único de circulação.

Fica, pois, muito bem determinada a tributação da entrada no consumo dos automóveis e a tributação da sua circulação.

Queríamos saber qual a forma como o Governo vê o debate que agora vai começar em sede de especialidade. Esta é uma proposta de natureza fechada, que não admite qualquer espécie de discussão, ou existe alguma abertura por parte do Governo para admitir propostas da oposição que venham melhorar a proposta apresentada?

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador:** — Em relação a esta matéria, tenho um conjunto de questões a colocar ao Sr. Secretário de Estado.

A primeira tem precisamente a ver com o papel da cilindrada.

Como o Sr. Secretário de Estado bem disse, existe alguma discussão sobre qual o elemento essencial a considerar na tributação na entrada no consumo, de que hoje estamos a falar.

Teremos de referir a questão da cilindrada, a do valor em causa e a de natureza ambiental, que tem de ser sempre equacionada.

Se o modelo para o qual se caminha a nível da União Europeia entre a cilindrada e o valor do automóvel é já um modelo misto, porque é que não foi já essa a opção que o Governo tomou? Isso não se compreende muito bem quando se está a falar de uma reforma global da tributação automóvel, em que não se pode esquecer que no preço estão incluídos factores de conforto do automóvel que são essenciais em relação à sua tributação.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador:** — Em segundo lugar, concordamos que exista uma política fiscal de incentivo às energias renováveis — esta é uma matéria que até ultrapassa esta discussão — em que haja uma opção por uma melhor tributação para os veículos menos poluentes. Mas, Sr. Secretário de Estado, consideramos que a opção tal qual está tomada parece ainda pouco arrojada. É certo que estamos a falar de 30%, mas também é certo que quando estamos a falar da compra de automóveis, quando existem maioritariamente situações de *leasing* ou de aluguer de longa duração, o fenómeno económico de repercussão que o comprador sentirá é diminuto.

Considera ou não que seria desejável, como também se admite na União Europeia, um factor de discriminação de natureza ambiental mais forte, mais claro em relação a esta tributação? Esse não é o caminho pelo qual podemos seguir no futuro? É que as discriminações de natureza tributária admitidas são reduzidas. Mas, curiosamente, a discriminação em matéria ambiental é cada vez mais admitida, ainda por cima quando existe relação com a política energética a seguir.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Secretário de Estado, em terceiro lugar, gostaria de saber se foram estudados os efeitos das alterações de natureza tributária nos preços, porque o fenómeno da repercussão pode ser positivo ou negativo. Gostaria de saber se há alguma determinação sobre os efeitos em relação ao preço.

Por fim, refiro a questão da carga fiscal, que é importante, porque teremos uma transferência de peso de carga fiscal entre a entrada no consumo e a altura da circulação. Será que isso irá ser um factor de incentivo ao mercado automóvel, no sentido de haver mais transformação na frota automóvel dos portugueses?

Por outro lado, há que referir a questão dos números, porque o Sr. Secretário de Estado falou nos efeitos para 2007. Mas existem, como sabe, associações que referem que, em relação às receitas do Estado, teremos, numa perspectiva de 10 anos — não estamos a falar do próximo ano —, um aumento de 8,92%.

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Deputado, se não prejudica os interesses do Deputado Diogo Feio na sua intervenção seguinte.

Risos do CDS-PP.

O **Orador**: — Sr. Presidente, vou já terminar, porque, pelo aviso que me foi feito, não poderei contar com grande tolerância para proferir a minha intervenção.

Terminaria, então, pedindo ao Sr. Secretário de Estado que considerasse a veracidade ou não deste número. Esta é uma questão que nos preocupa e o que o queremos é uma fiscalidade no sector automóvel que possibilite maior renovação da frota e que atenda, como neste momento se discute por toda a Europa, à componente ambiental.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, em primeiro lugar, gostaria de dizer que, do ponto de vista do Partido Ecologista «Os Verdes», é sempre muito positiva a introdução da componente ambiental em diferentes níveis da política, como a política fiscal.

Com efeito, a política fiscal não serve apenas para arrecadar receita, pode e deve também servir para induzir nos cidadãos comportamentos correctos que vão ao encontro do interesse público. Ora, é do absoluto interesse público combater a dependência energética do exterior, fundamentalmente relacionada com o petróleo, as emissões de gases com efeito de estufa e reduzir os consumos energéticos no nosso país.

Contudo, o que está em causa é a forma como se pretende atingir esses objectivos, que, como é óbvio, devem ser prosseguidos.

A proposta de lei apresentada pelo Governo tem alguns aspectos positivos, dois quais gostaria de enunciar. Um, tem a ver com o apoio, através de uma redução fiscal, à aquisição de veículos amigos do ambiente, nomeadamente veículos híbridos, a gás de petróleo liquefeito (GPL) ou a gás natural, ou, no caso dos veículos a *diesel*, os que tenham filtros de partículas e que, portanto, sejam menos nocivos para a saúde a nível respiratório.

Trata-se de propostas que o Partido Ecologista «Os Verdes» já apresentou há alguns anos em sede de apreciação do Orçamento do Estado. Finalmente, o Governo acompanha as nossas propostas, que, mesmo não sendo aprovadas na devida sede, trazem frutos que florescem posteriormente.

Sr. Secretário de Estado, há uma questão que nos preocupa. Globalmente, concordamos com a alteração da receita fiscal no sentido de incentivar comportamentos ambientalmente correctos e de desincentivar comportamentos ambientalmente menos correctos. O problema é se, com esta reforma, o Governo aproveitou para, no cômputo geral, agravar a vida dos portugueses! E não é isso que se pretende!

Como V. Ex.^a sabe, as previsões anunciadas pelo Governo não são acompanhadas por outras entidades, que dizem que no médio e no longo prazo haverá um agravamento da carga fiscal para os contribuintes.

Sr. Secretário de Estado, o que o Governo retira na fase da aquisição do veículo não é suficiente para compensar aquilo que vai cobrar em termos de imposto de circulação. Penso que o Sr. Secretário de Estado, até este momento, ainda não esclareceu suficientemente esta Câmara e os portugueses quanto a esta matéria. Que fique claro que isso não vai acontecer, porque, nesse caso, estaremos, antes pelo contrário, a dar um sinal errado aos portugueses, isto é, estaremos a dizer-lhes que as políticas ambientalmente correctas são inimigas das pessoas, do seu bem-estar, da sua qualidade de vida, do seu rendimento, o que terá um impacto muito negativo.

Uma outra questão tem a ver com as autarquias.

É garantido que, no primeiro ano, as autarquias não perderão receitas, mas essa garantia não pode ser dada para os anos seguintes.

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sim, sim!

O **Orador**: — O Sr. Secretário de Estado agora diz que sim. Mas porque é que no articulado da proposta de lei isso não aparece consagrado? É que a consagração da protecção aparece no primeiro ano e para os anos seguintes há um vazio de indicações. Fica, assim, a dúvida quanto à possibilidade de vir a acontecer uma perda de receitas para as autarquias.

Aliás, também lamentamos que as autarquias não tenham sido ouvidas previamente e não vemos qual é a justificação para isso ter acontecido. Não venha o Sr. Secretário de Estado dizer-nos que podem ser ouvidas em sede de especialidade! A Assembleia da República tem essa responsabilidade, e a ela não fugirá, isso não está em causa, mas tal não redime a responsabilidade do Governo de ouvir previamente as autarquias, o que não fez.

Finalmente, Sr. Secretário de Estado, já aqui se falou em estudos de impacto fiscal na receita, mas esta medida também devia ter impactos positivos ao nível ambiental.

Gostaria de saber se o Governo tem algum estudo feito, com calendários e com metas estabelecidas, dos impactos positivos do ponto de vista ambiental, isto é, de redução dos consumos energéticos e das emissões de gases para a atmosfera, que sustente a apresentação destas medidas.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

O Sr. **Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Diogo Feio, gostaria de lembrar que há pouco referi (e, por isso, penso que terá havido alguma má interpretação) que não existe um modelo a nível europeu. Aquilo para que se caminha é para uma fusão da componente cilindrada com a componente emissão de CO₂, ou seja, com a componente ambiental. Portanto, não referi que era a junção entre a componente valor da viatura com a componente ambiental.

Por outro lado, como o Sr. Deputado sabe, o modelo de tributação automóvel em função do valor da viatura coloca um problema, que é o da sua compatibilidade com o IVA. Como sabe, o IVA é, por natureza, o último imposto sobre o volume de negócios, daí que a Comissão tenha avançado com um processo de infracção em relação à Dinamarca, que tem precisamente esse modelo. Portanto, essa nunca poderia ser a solução.

Um outro aspecto, que não referi há pouco mas que aproveito agora para mencionar, é que, com esta reforma e com a redução gradual da componente monofásica na tributação pelo registo, o que irá haver é uma desmotivação maior para a importação de sucata. Quer queiramos, quer não, Portugal, por imposições comunitárias, transformou-se num importador de sucata, de carros que muitas vezes já não estão em condições de circulação, porque somos obrigados a dar uma redução da tributação do imposto automóvel. Ora, a partir do momento em que essa componente for diminuindo, a motivação para a importação de carros em fim de vida diminui, porque um carro desses, uma sucata circulante, passará a pagar o mesmo imposto de circulação que pagará um carro novo. Portanto, vai haver aqui também uma medida indirecta de natureza ambiental.

O Sr. **Presidente**: — Tem de concluir, Sr. Secretário de Estado.

O **Orador**: — Só para concluir, Sr. Presidente, e pegando na intervenção do Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes, gostaria de dizer que não me parece que, efectivamente, exista um agravamento. E julgo que isto é claro.

Já agora, gostaria de aproveitar para fazer um agradecimento às associações que participaram no debate, porque este foi um bom exemplo, e nem sempre há bons exemplos. Esta proposta foi apresentada depois de ter tido lugar um debate com as associações do sector e com as associações e grupos ambientalistas, que tiveram um comportamento exemplar. Foi um dos primeiros casos (e não me lembro de muitos) em que, num assunto com esta importância, a proposta de lei foi aqui apresentada sem que, antes, tivesse havido qualquer fuga de informação.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O que não é costume no Governo!

O **Orador**: — Quanto aos estudos, eles foram incorporados no Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE), em que a componente ambiental resultante desta reforma está integrada.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. **Hugo Velosa** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Apresenta o Governo à Assembleia da República a reforma da tributação automóvel, criando o imposto sobre veículos e o imposto único de circulação.

Trata-se de uma reforma que, do ponto de vista formal, vai no caminho certo, simplificando o funcionamento do sistema tributário automóvel, com a abolição dos quatro impostos actualmente existentes e a sua redução a somente dois.

Sem dúvida que a reforma era necessária.

Mas já iremos ao conteúdo da proposta de lei, não sem que antes se lamente que esta discussão tenha lugar sem se ter conhecimento do teor dos pareceres solicitados, principalmente às regiões autónomas, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Comissão Nacional de Protecção de Dados, este último fundamental em matéria de cruzamento de dados prevista na proposta de lei.

Enfim, isto já vai sendo habitual, mas para quem aqui discute as questões estes pareceres seriam muito importantes.

Diz o Governo que esta reforma «vai alterar a filosofia e os princípios subjacentes ao quadro vigente, incentivando a utilização de energias renováveis e a opção para veículos e tecnologias menos poluentes». Isto não é totalmente verdade!

Com as alterações na composição do imposto automóvel nos Orçamentos de 2006 e 2007, a componente ambiental já lá estava prevista.

Por outro lado, o Governo opta por manter a componente cilindrada como fundamento da tributação, o que, aliás, acontece há muitos anos em Portugal.

É bom que nos lembremos que noutros Estados europeus se tem optado, como disse o Sr. Secretário de Estado, ou por sistemas mistos, ou pela potência do veículo, ou pelo valor de mercado dos automóveis, o que, para nós, é uma solução melhor. É o caso da Espanha, onde se verifica uma taxa única sobre o valor do veículo, ou seja, a matéria tributável corresponde ao valor do automóvel, para que não haja distorções entre automóveis que podem custar 90 000 € pagarem menos, quer de imposto sobre veículos, quer de imposto único de circulação, do que automóveis que custam menos de metade desse preço.

Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nesta parte, a solução adoptada não é a melhor, provocando a solução espanhola muito menos distorções e injustiças para os contribuintes.

Na verdade, a solução apresentada pelo Governo e a aplicação das tabelas anexas aos dois impostos cria inúmeras situações de injustiça fiscal: No imposto sobre veículos automóveis de maior cilindrada, mais poluentes, de preço manifestamente superior pagam menos imposto do que outros de menor cilindrada, menos poluentes e de preço manifestamente inferior.

Para que isto não sucedesse, uma das soluções (e seria a melhor) consistiria na substituição do critério da cilindrada, que tem sido abandonada pelos países europeus, pelo critério do valor do veículo, o que é mais justo e tem a ver com a base da incidência de qualquer imposto. O valor do bem é que deve determinar a matéria tributável.

Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo não apresentou à Assembleia da República, juntamente com a proposta de lei, os impactos financeiros e da receita fiscal resultantes da sua aplicação. É pena. Assim ficamos com muitas dúvidas sobre a justiça fiscal de algumas das opções constantes das tabelas anexas aos dois impostos.

Muitas dúvidas surgem também com a aplicação do novo imposto único de circulação. Em muitos casos, só por causa da diferença de 1g por quilómetro de emissões de CO₂, automóveis de muito menor cilindrada e muito menos valor de mercado pagam mais de imposto anual de circulação do que outros em situação contrária.

Já que o Governo optou pela solução cilindrada/componente ambiental (esta, naturalmente, bem vinda) deverá preocupar-se, enquanto é tempo, em explicar e alterar as tabelas, para evitar situações de manifesta injustiça e contribuir ainda mais para os problemas do sector automóvel em Portugal.

O PSD está de acordo com esta reforma quanto à alteração da base tributável no que diz respeito à questão ambiental.

Com esta proposta de lei, pretende o Governo que o peso das emissões de dióxido de carbono na base da tributação passe dos actuais cerca de 10% para 30% no primeiro ano de vigência da nova tributação e para 60% no segundo ano. Temos sérias dúvidas e pensamos que o Sr. Secretário de Estado, nas questões que foram postas, não nos deu uma explicação completa sobre esta matéria.

Temos dúvidas de que se consiga, com esta proposta de lei, passar de forma significativa a carga fiscal do momento da aquisição para a fase da circulação e que, por outro lado, se permita uma redução gradual dos preços de venda ao público e a inerente renovação do parque automóvel nacional.

O objectivo é correcto. Mas será que vai ser atingido com os critérios fiscais desta proposta de lei? Pensamos claramente que não!

Desde logo, coloca-se o problema da redução da carga fiscal no momento da aquisição e sua deslocação para a fase da circulação.

Perante este anúncio do Governo, já aqui foi dito, houve uma associação do sector que veio defender o

contrário. O Sr. Secretário de Estado diz que nas negociações não defendeu isso. Mas para isso era bom que o Governo nos tivesse trazido os estudos do impacto real destes impostos nesta evolução fiscal. Para nós, podemos pôr em dúvida que a redução do imposto seja de 10% no momento da aquisição e que seja compensado pelo aumento na fase de circulação.

Aliás, foram trazidas a público situações em que o aumento da carga fiscal em relação a um automóvel, em 10 anos, pode chegar a vários milhares de euros.

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Também não exagere!

O **Orador**: — Na prática, o Governo faz o que sempre tem feito: por via da reforma da tributação automóvel, provoca um aumento da carga fiscal, não no momento da aquisição, mas, sim, nos anos seguintes da vida dos automóveis.

Por isso, dizemos: o factor ambiental na formação da base tributável é uma opção correcta. Com o resto, já não estamos de acordo.

Isto contraria o que diz o próprio Governo na exposição de motivos, ou seja, de que esta reforma obedece a um princípio de neutralidade orçamental a médio e longo prazo, não prevendo o Governo gerar um encaixe tributário superior aos impostos actuais. Isto tinha de ser explicado à Assembleia da República.

Para terminar, gostaria de dizer que a proposta de lei também contém algumas injustiças em relação a certos tipos de automóveis, que são altamente penalizados com este diploma. Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD não aceita a totalidade das soluções apresentadas pelo Governo nesta matéria.

Em primeiro lugar, é difícil, se não impossível, discutir, com absoluta segurança, um diploma como este, relativo à reforma do imposto automóvel, sem que o Governo fundamente financeiramente as suas propostas e apresente os seus impactos na receita fiscal. Isto é inaceitável em propostas de lei deste tipo!

Em segundo lugar, o sector automóvel, temos de concordar, tem sido penalizado em Portugal, onde, por opção deste Governo, o imposto automóvel tem a sobrecarga do IVA a 21%. E tal sobrecarga vai continuar a 21%, não se sabe até quando, apesar de o Governo ter dito que era uma medida transitória.

Em terceiro lugar, a solução proposta, baseada essencialmente na relação cilindrada/ambiente, não descomprime a carga fiscal que tem incidido sobre o sector automóvel em Portugal. A carga fiscal piora para os contribuintes, descendo pouco na aquisição e subindo mais na circulação.

Em quarto lugar, a manutenção do critério da cilindrada para os dois impostos revela falta de coragem do Governo nesta reforma.

O Governo podia ter optado por outras opções fiscais num sector fundamental para os Portugueses e, sobretudo, tinha a obrigação de explicar melhor as suas opções e os impactos financeiros e de receita fiscal, o que não fez.

A Assembleia da República, os cidadãos e o sector automóvel mereciam mais e melhor.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Nunes.

O Sr. **Hugo Nunes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Assembleia da República debate hoje uma proposta de lei do Governo que se propõe ser a primeira «reforma global e coerente dos impostos ligados à aquisição e propriedade de veículos automóveis».

Efectivamente, a proposta de lei n.º 118/X, ao propor a aprovação do código do imposto sobre veículos e do código do imposto único de circulação, abolindo, em simultâneo, o imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem, organiza o quadro legal e tributário de um sector em que este se encontrava disperso e difuso, gerando alguma complexidade normativa.

Por outro lado, o actual quadro regulador e fiscal que incide sobre a aquisição, propriedade e circulação de veículos encontra-se também desfasado daqueles que são hoje os grandes desafios do nosso tempo.

Com efeito, no cálculo do imposto automóvel (IA) e do imposto municipal sobre veículos (IMV), ambos orientados para a angariação de receita, não se valorizava outro critério para além do da cilindrada do veículo (quanto maior a cilindrada, maior seria o montante do imposto), submetendo esta tributação com base na cilindrada apenas no caso do IMV à diferenciação pelo tipo de combustível (gasolina ou diesel).

Da mesma forma, o principal impacto tributário encontra-se concentrado no momento da aquisição, no imposto automóvel, assumindo o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem, que incidem nos momentos posteriores, valores praticamente residuais e sem qualquer ligação aparente e coerente, a não ser o período anual de incidência.

A Sr.^a **Helena Terra** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Assim, não é de espantar que, ao longo dos anos — nalguns casos falamos de lógicas com duas e três dezenas de anos —, se tenham vindo a acumular críticas a cada um destes instrumentos *de per si* e ao próprio conjunto por várias ordens de razões.

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O paradigma, hoje, é outro: as mudanças socioeconómicas transformaram o papel dos veículos automóveis e o acesso à aquisição e a sua utilização aumentaram exponencialmente. Em simultâneo, o impacto ambiental e a nossa consciência do mesmo aumentou também significativamente. As emissões de CO₂ e de partículas perigosas atingem hoje valores sobre os quais importa reflectir seriamente e agir.

Felizmente, a evolução das tecnologias permite-nos encontrar alternativas cada vez mais acessíveis e ambientalmente mais adequadas. Da mesma forma, a evolução da teoria e das práticas de tributação ambiental também assumem hoje um papel pedagógico e promotor de práticas ambientais mais correctas. Os Orçamentos do Estado para 2006 e para 2007 constituíram um sinal claro do caminho que se pretendia e pretende seguir.

De facto, a introdução de uma componente ambiental no cálculo do imposto automóvel, alterando a sua base tributável, mostrou o caminho que deve acompanhar o reforço da promoção da utilização dos transportes públicos e a valorização da preocupação ambiental, incentivando as opções ambientalmente mais correctas e o reforço desta componente na definição do montante da tributação.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É, portanto, tempo de mudar, é tempo de desenhar um novo modelo de tributação, procurando soluções mais adequadas aos novos desafios.

Por um lado, é importante alterar a filosofia e a mecânica do sistema fiscal que incide sobre a aquisição, a propriedade e a circulação de veículos automóveis. Não faz sentido transformar a aquisição no momento essencial e quase exclusivo de tributação, desvalorizando a propriedade e o envelhecimento do parque automóvel.

O Sr. Afonso Candal (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, é também importante, a exemplo do que se procura fazer em muitos outros campos, simplificar e harmonizar, de forma coerente, os quatro impostos que incidem sobre a aquisição e circulação de veículos.

Da mesma forma, é tão ou mais urgente aprofundar os caminhos encetados com os Orçamentos do Estado de 2006 e 2007 de alteração da base tributária, valorizando os esforços e as opções ambientalmente mais favoráveis.

É neste quadro que recebemos e enquadrámos a proposta de lei n.º 118/X, de onde facilmente se conclui que, com este novo enquadramento legal, o Governo pretende: organizar e simplificar o quadro normativo em vigor, substituindo os quatro impostos existentes por apenas dois; reduzir as emissões de CO₂; valorizar a aposta em viaturas menos poluentes; alterar a mecânica da tributação, distribuindo a sua incidência no tempo; e promover a renovação do parque automóvel nacional.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Muito bem!

O Orador: — Efectivamente, as intenções são claras e da análise efectuada é visível que:

O imposto automóvel, o imposto municipal sobre veículos, o imposto de circulação e o imposto de camionagem são substituídos pelo imposto sobre veículos (ISV) e pelo imposto único de circulação (IUC);

Na «mecânica» do modelo de tributação é introduzida uma componente ambiental que acompanha a componente cilindrada;

Há uma divisão da carga fiscal, anteriormente quase totalmente centrada no momento da compra, passando a existir alguma distribuição pela fase de circulação;

Passam a existir incentivos significativos à aquisição de veículos que libertem menos partículas e menos dióxido de carbono, promovendo opções ambientalmente mais favoráveis;

Os veículos mais poluentes, que devem, por isso, pagar mais, passam efectivamente a pagar mais, tanto ao nível do ISV como ao nível do IUC, devido à alteração da base tributável pela transição do critério cilindrada para um misto em que o critério cilindrada é compensado também com um critério ligado às emissões para o meio ambiente;

Facilita-se a renovação do parque automóvel, favorecendo a aquisição de viaturas novas ou mais recentes, que produzem menos partículas e pagam menos impostos;

Alarga-se o modelo e a tributação a outros veículos, que, sendo responsáveis por emissões nocivas para o ambiente, devem também elas ser tributadas por isso.

A Sr.ª Helena Terra (PS): — Muito bem!

O Orador: — É importante também deixar claro que estão assegurados os interesses dos municípios, destinatários das receitas do anterior IMV, garantindo para 2007, no mínimo as receitas de 2006, actualizadas pela inflação esperada, e ficam salvaguardados os proprietários de veículos que foram já abrangidos

pelo imposto automóvel, para os quais é previsto um regime específico no âmbito do imposto único de circulação.

De salientar, igualmente, que esta reforma, pretendendo ser neutra orçamentalmente, não terá como consequência o aumento da receita fiscal. Aliás, no curto prazo, será mesmo de esperar um efeito de redução da receita.

Srs. Deputados, esta proposta de lei é, portanto, um documento que orgulha o Governo e o Partido Socialista e respeita aquelas que são imagens de marca da sua governação: uma vontade reformadora, a simplificação normativa, a valorização e protecção do ambiente, em linha com os temas da modernidade, e as preocupações com o futuro.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Feio.

O Sr. **Diogo Feio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do CDS vê este debate na generalidade em relação ao ISV e ao IUC como um primeiro passo para melhorarmos a tributação sobre o sector automóvel em Portugal. Por isso mesmo pretendemos ter voz activa no debate na especialidade, apresentando propostas que têm muito a ver com as dúvidas que aqui colocámos.

A primeira tem a ver com o factor que deve ser considerado como essencial para a tributação, que é a questão da cilindrada. Não nos podemos esquecer de que estamos a falar, em relação ao ISV, por exemplo, de um imposto indirecto, que tributa na altura da introdução no consumo, tal como outros impostos indirectos o fazem, assim como não podemos esquecer também que a determinação pelo valor é um critério mais simples, mais objectivo e mais claro.

Mas há também outras questões que nos preocupam e que pretendemos que sejam bem dilucidadas durante o debate na especialidade, que são os impactos de natureza financeira, não só a nível de impostos e de arrecadação de receitas, mas também a nível de determinação dos preços e o impacto que terá sobre o mercado e sobre a capacidade de ele se renovar. Os efeitos sobre os preços são, nesse aspecto, extraordinariamente importantes.

Mas há, fundamentalmente, uma matéria que nos vai preocupar, que tem a ver com a fiscalidade de natureza ambiental. E esta matéria, que cada vez mais vem sendo discutida a nível da União Europeia, e não só, em que se admitem incentivos mais claros e mais fortes do que em outras matérias, em nossa opinião deveria ser mais arrojada, até porque há aqui uma ligação entre a tributação automóvel e a tributação energética no nosso país. A política energética também depende muito da forma como se irá exercer a tributação, e, nesse plano, o nosso quadro de natureza normativa é ainda um quadro decepcionante, por isso mesmo achamos que, nesta altura, deveria ser dado um primeiro passo, um passo no sentido de uma fiscalidade mais moderna, atenta ao mercado e, fundamentalmente, atenta ao ambiente.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Alda Macedo.

A Sr.^a **Alda Macedo** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Do ponto de vista do Bloco de Esquerda, nesta proposta de lei há duas boas ideias, dois eixos centrais, que deviam e mereciam ter sido melhor trabalhadas.

A proposta de lei é pouco audaz e é contraditória em relação às duas novidades centrais que introduz. Uma delas tem a ver com a ideia de deslocar a carga fiscal do momento da aquisição para o momento da circulação. Este é um princípio com o qual estamos de acordo, sobretudo porque corresponde a uma valorização de duas ideias diferentes: ou se valoriza a aquisição de um bem ou se valoriza o uso desse bem.

Ora, o que aqui se faz é introduzir a ideia de que esta carga fiscal deve começar a ser transferida da aquisição do bem para o uso desse mesmo bem, e, desse ponto de vista, estamos inteiramente de acordo. Mas isto é feito de uma forma altamente contraditória, porque uma medida desta natureza tem duas repercussões: tem uma repercussão a nível do incentivo à renovação do parque automóvel, que deve ser uma preocupação do Governo, porque diminuir o peso fiscal no momento da aquisição pode funcionar como incentivador desta necessidade de renovação do parque automóvel; mas, ao mesmo tempo, mantém-se nesta proposta de lei reduções sobre veículos usados, beneficiando-se os veículos mais velhos. Isto é absolutamente contraditório, Sr. Secretário de Estado, e, portanto, este esquema de reduções sobre os veículos usados importados, que é mantida na proposta de lei, acaba por funcionar como um aspecto absolutamente contraditório com aquilo que devia ser a preocupação central de renovação do parque automóvel.

No que se refere ao imposto de circulação, Sr. Secretário de Estado, nós vivemos num País que vive num paradigma do rodoviário, em que nenhuma vila deste país merece estar no mapa se não tiver perto uma grande via de circulação, uma grande auto-estrada. Ter uma estação de caminho-de-ferro, se calhar,

não é muito importante.

Portanto, esta transformação do paradigma do rodoviário para o ferroviário devia ser uma preocupação também constante. Daí a importância deste imposto de circulação, que deve ser um imposto que é consequente nos objectivos que procura introduzir.

Ora, o Governo fala das suas preocupações de imputação de uma componente ambiental à carga fiscal automóvel, mas, na apreciação desta proposta de lei, não pode ser, de forma alguma, ignorado o facto de, ao nível do imposto de circulação, só os veículos de categoria B terem imputado um valor, uma consignação, em relação à emissão de CO₂, pois todos os outros mantêm exactamente os mesmos parâmetros de definição da base tributária. Portanto, quando estamos a falar de transporte de mercadorias, de transporte de passageiros e de veículos pesados, estamos a falar de ausência de uma coerência, que devia ser rigorosa em relação a este aspecto, que deve ser uma preocupação absolutamente central no nosso País.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, peço-lhe que conclua.

A **Oradora**: — Concluo, Sr. Presidente, dizendo que é justamente esta falta de coragem de fazer repercutir esta componente ambiental coerentemente no imposto de circulação que nos coloca grandes reservas em relação à proposta de lei.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo apresenta-nos, hoje, uma proposta de lei para substituir vários impostos sobre veículos e criar um imposto único de circulação e um imposto sobre veículos.

No que respeita ao novo imposto sobre veículos, o Governo pretende, no fundamental, transferir a incidência do imposto da cilindrada para as emissões de CO₂ e, igualmente, fazer transferir parcialmente o momento de liquidação do imposto do momento da aquisição para o seu uso ao longo da vida. Estas são alterações muito profundas que têm de ser analisadas e debatidas com rigor e com todas as instituições interessadas.

É, por isso, obrigatório que o Governo e, sobretudo, a maioria parlamentar, que, agora, está a ouvir-me, assumam, aqui e desde já, o compromisso não só de que serão fornecidos, na especialidade, estudos de impacto, que, aliás, o Sr. Secretário de Estado aqui anunciou e invocou mas que são desconhecidos, que permitam demonstrar a neutralidade fiscal a médio e longo prazos e não apenas em 2007 ou 2008, mas também de ouvir, sobre esta matéria, todas as entidades e instituições, cuja opinião e análise importa conhecer em sede parlamentar.

É também inquestionável que a solução final tem de cumprir, pelo menos, dois outros objectivos.

O primeiro é, naturalmente, o que decorre de procurarmos e incentivarmos soluções tecnológicas ambientalmente sustentáveis.

Não obstante a bondade e relativa consensualidade em torno deste primeiro objectivo, ele não pode iludir nem subestimar, a qualquer preço, efeitos colaterais perniciosos ou, mesmo, inaceitáveis, como seja, por exemplo, a menorização dos aspectos tecnológicos dos construtores relativamente à segurança rodoviária ou na constatação de que maiores potências e velocidades também provocam, nestas situações, emissões adicionais muitíssimo relevantes, que não podem nem devem ser secundarizadas ou esquecidas nas soluções concretas a adoptar.

Este objectivo também não pode iludir a possibilidade de os veículos mais potentes, com melhores soluções tecnológicas e, por isso, mais caros e também mais inacessíveis à maioria dos portugueses, poderem passar por esta proposta de lei a ser comparativamente menos penalizados fiscalmente do que os veículos mais baratos e que são adquiridos por quem, muitas vezes, na impossibilidade de poderem aceder aos transportes públicos, adquire veículos chamados utilitários.

O segundo objectivo final a obter, intimamente ligado com este aspecto último de natureza social que acabo de referir, tem a ver com as soluções concretas finais da transferência fiscal do imposto automóvel. Parece que o Governo aposta para um período médio de cinco anos, até ao final do qual se propõe, embora não tenha hoje demonstrado se será conseguido, garantir a neutralidade fiscal das suas propostas. Sucede, porém, que, segundo parece, a partir desse período de vida médio, o contribuinte passará, mesmo para os veículos automóveis ambientalmente adequados já, a pagar mais, e bem mais, do que no passado.

As propostas do Governo não podem ou, pelo menos, não devem impor, de forma indiscriminada e generalizada, a mudança do parque automóvel de cinco em cinco anos, ameaçando os portugueses — a todos! — de que, se não o fizerem, passarão a pagar mais imposto pela sua detenção, mesmo que o automóvel seja ambientalmente sustentável. As propostas do Governo não podem impor, por via fiscal, a renovação da frota automóvel, mesmo quando boa parte dos portugueses enfrenta, também por causa dos governos e noutro plano, momentos bem difíceis e o País não arranca no seu crescimento económico.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, é evidente que o PCP se dispõe

a participar na melhoria da proposta de lei, apresentará, certamente, soluções e propostas alternativas, aguardará, por parte do Governo, disponibilidade para corrigir alguns dos aspectos atrás enunciados, na certeza de que a proposta final não poderá, quanto a nós, nunca, mesmo que sob o bom argumento das soluções ambientais, aprovar soluções concretas que acarretem ou mais sobrecarga fiscal ou, ainda por cima, que imponham sobrecarga fiscal socialmente injusta e, de novo, penalizadora de quem menos pode.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Madeira Lopes.

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Convém lembrar que as emissões para a atmosfera de gases com efeito de estufa encontram no sector dos transportes o seu principal responsável. Aliás, segundo dados do próprio Governo, 35% dos gases com efeito de estufa têm origem na queima dos combustíveis fósseis e cerca de 95% do total do sector dos transportes é devido ao carro individual.

Isto, naturalmente, coloca-nos problemas quanto aos nossos cumprimentos relativamente ao Protocolo de Quioto, mas traduz um problema de eficiência energética e de dependência energética, fundamentalmente ligada ao petróleo, e de libertação de gases para a atmosfera, cujo combate deve ser um desígnio nacional.

Contudo, a verdade é que esse combate às emissões de gases com efeito de estufa devia passar por uma área na qual o Governo está a fazer muito pouco ou quase nada, como Os Verdes têm vindo a denunciar ao longo dos tempos, e que esta reforma fiscal, no âmbito da aquisição e da circulação automóvel, não resolve fundamentalmente, embora fosse a aposta principal nos transportes públicos colectivos, designadamente no modelo ferroviário. A esse nível, o Governo não tem tido uma acção de promoção do transporte colectivo público.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — É verdade!

O **Orador**: — O Governo, antes pelo contrário, tem promovido aqueles que defendem o encerramento de linhas férreas e de estações, apostando apenas na alta velocidade.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — Qual é a linha férrea que foi encerrada?!

O **Orador**: — O Governo tem apostado num modelo que tem conduzido à redução das redes de transportes colectivos; porém, era por essa via que, de facto, poderíamos dar um passo fundamental no combate às alterações climáticas. Não é, infelizmente, apenas por esta via que iremos resolver esse problema.

Contudo, esta proposta de lei apresenta alguns aspectos positivos, que já tive ocasião de enunciar, havendo, porém, questões que se levantam sobre as quais temos dúvidas e que, necessariamente, precisam ser trabalhadas em sede de especialidade. Designadamente no que diz respeito aos automóveis de gama inferior, que são os adquiridos pela maior parte da população, os chamados de gama média, baixa ou os utilitários, no presente momento do mercado, com todos os avanços tecnológicos, ainda não podem ser «amigos do ambiente». Tememos, pois, que se possa criar uma iniquidade no que diz respeito à maior parte da população que, ainda que quisesse adoptar comportamentos ambientalmente mais correctos, se vêem impossibilitados de os tomar e, consequentemente, prejudicados, porque de facto, ainda não existem no mercado modelos, nas suas gamas, com esse tipo de comportamentos e de consumos.

Esta é uma preocupação que Os Verdes gostariam de deixar, para além de que, nesta óptica de redução do preço inicial de compra, corremos o risco de ver aumentar, em grosso, o número do parque automóvel em Portugal. Sem uma consequente medida de incentivo ao abate automóvel, o que vamos ver é apenas o aumento do parque automóvel. E vamos ver, provavelmente, Portugal a subir ainda mais naquele *ranking* em que, em 2001, já éramos o quarto país da Europa a 25 com mais automóveis por habitante e em 2004 já éramos o terceiro...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira concluir.

O **Orador**: — Vou terminar, Sr. Presidente, dizendo que, neste momento, não sabemos para onde caminhamos mas, certamente, não queremos continuar a subir nesse *ranking*, que tão mal traduz a nossa relação com o consumo energético e com a mobilidade do nosso país.

Aplausos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, concluído o debate, na generalidade, da proposta de lei n.º 118/X, resta-me informar que a próxima reunião plenária se realiza amanhã, com início às 15 horas, e contará com um período de antes da ordem do dia, destinado a declarações políticas e ao tratamento de assuntos de interesse político relevante, e com um período da ordem do dia. No período da ordem do dia, a primeira parte será preenchida com a votação do projecto de resolução n.º 193/X — Deslocação do Presidente da República em visita de carácter oficial a Riga (Presidente da AR), a eleição de seis juízes designados pela Assembleia da República para o Tribunal Constitucional — votação esta que exige a maioria de dois terços dos Deputados presentes — e, ainda, a aprovação de *Diários da Assembleia da República*. Na segunda parte, proceder-se-á à discussão de um relatório do Conselho Nacional de Educação a propósito do Debate Nacional de Educação, à apreciação, na generalidade, da proposta de lei n.º 111/X — Aprova um regime especial de constituição imediata de associações e actualiza o regime geral de constituição previsto no Código Civil, e, ainda, à apreciação, também na generalidade, dos projectos de lei n.ºs 240/X — Aprova o regime de obtenção da prova digital electrónica (PSD) e 367/X — Regime jurídico da obtenção de prova digital electrónica na *Internet* (CDS-PP). Finalmente, as votações realizam-se às 18 horas, hora regimental.

Está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 55 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Rosalina Maria Barbosa Martins
Teresa Maria Neto Venda

Partido Social Democrata (PSD):

António Alfredo Delgado da Silva Preto
José Eduardo Rego Mendes Martins
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Pedro Augusto Cunha Pinto
Vasco Manuel Henriques Cunha
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Jerónimo Carvalho de Sousa

Partido Popular (CDS-PP):

Paulo Sacadura Cabral Portas

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Júlio Francisco Miranda Calha
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte

Partido Social Democrata (PSD):

José Mendes Bota
Manuel Filipe Correia de Jesus
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel

Partido Comunista Português (PCP):

José Batista Mestre Soeiro

Partido Popular (CDS-PP):

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

Alberto de Sousa Martins
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Luísa Maria Neves Salgueiro
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá

Partido Social Democrata (PSD):

António Paulo Martins Pereira Coelho
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL